



**UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE**

Faculdade de Educação

Departamento de Organização e Gestão da Educação

Licenciatura em Organização e Gestão da Educação

**Desafios da Supervisão e Apoio Pedagógico aos Professores na Escola
Primária Completa 3 de Fevereiro de Maputo**

Monografia

Celma Gabriel Macie

Maputo, Dezembro de 2021



**UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE**
Faculdade de Educação

Departamento de Organização e Gestão da Educação

Licenciatura em Organização e Gestão da Educação

**Desafios da Supervisão e Apoio Pedagógico aos Professores na Escola
Primária Completa 3 de Fevereiro de Maputo**

Esta monografia é apresentada para a obtenção de grau académico de licenciatura em Organização e Gestão da Educação na Universidade Eduardo Mondlane.

Discente:

Celma Gabriel Macie

Supervisora:

Prof. Doutora Maria da Conceição L. Dias

Maputo, Dezembro de 2021

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que esta monografia nunca foi apresentada, na sua essência, para obtenção de qualquer grau, constitui resultado da minha investigação pessoal, estando no texto e nas referências bibliográficas as fontes utilizadas.

(Celma Gabriel Macie)

Maputo, Dezembro de 2021

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho à minha mãe e meus irmãos que sempre acreditaram nos meus sonhos e me apoiam incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela vida.

Um agradecimento especial à minha supervisora pela dedicação em dar suas contribuições que tornaram realidade esta pesquisa acima de tudo pela sua paciência.

Agradeço aos docentes do curso de Organização e Gestão da Educação pelos conhecimentos transmitidos durante a formação.

Sou grata aos professores, directores e toda equipa administrativa da EPC 3 de Fevereiro, e aos técnicos supervisores da Direcção Distrital de Educação de KaMpfumo pela confiança em participar na concretização desta pesquisa.

Endereço também o meu agradecimento ao dr. John Mirasse e dr. Antero Nhantumbo ambos técnicos do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) que igualmente contribuíram para a materialização desta pesquisa.

Agradeço a minha família em especial minha mãe Felismina Muchuine, meu pai Gabriel Macie, aos meus irmãos Estevão, Gabriel Júnior, Nilza e Edna, aos meus primos Saquina, Jeremias e Inocência, meus sobrinhos João, Nataly e Iasly e minha tia Elina pelo apoio incondicional e atenção que deram sempre que precisei durante este percurso.

Agradeço ao meu namorado Paul Emanuel que esteve presente em todos momentos difíceis e de incertezas desta trajectória sempre com palavras de incentivo.

A todos os meus amigos do curso e da residência Eliana Mugana, Asnath Evaristo, Lúcia Lopes, Saraiva dos Anjos, Néudio Nhacupe, Jescar Bushize, Lucy Mpale, Elizabeth Sozinho, Edna Uamusse, Joyce Chaúque e Renata Tembe pela cooperação e ajuda durante o percurso académico.

E a todos que directa ou indirectamente contribuíram para a realização desta pesquisa endereço os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

A presente pesquisa com o tema “Desafios da supervisão e apoio pedagógico aos professores na Escola Primária Completa 3 de Fevereiro” tinha como objectivo analisar os desafios enfrentados na implementação de supervisão e apoio pedagógico aos professores na EPC 3 de Fevereiro. Trata-se de um estudo de caso, com uma abordagem metodológica mista combinando os métodos qualitativo e quantitativo com recurso a entrevista dirigida aos directores e supervisores da escola, questionários dirigidos aos professores e análise documental, para uma amostra por conveniência constituída por 15 elementos dos quais 11 professores, dois (2) directores e dois (2) supervisores da EPC 3 de Fevereiro. Os resultados obtidos nesta pesquisa evidenciam que a supervisão pedagógica nesta escola acontece e de certa forma contribui para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Contudo, existem ainda situações que inibem a que esta prática se torne efectiva e capaz de contribuir significativamente para a melhoria da qualidade do Processo de Ensino e Aprendizagem (PEA) com destaque para o não cumprimento integral dos mecanismos estabelecidos pelo Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) para o desenvolvimento da supervisão pedagógica, o não envolvimento de todos os professores nestas práticas como também a não observância de todas as atribuições dos supervisores durante as suas visitas na escola. Este conjunto de situações, constituem um grande desafio para a Escola Primária Completa 3 de Fevereiro dificultando a prática de supervisão e apoio pedagógico aos seus professores.

Palavras-chave: supervisão, supervisão pedagógica, apoio pedagógico.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 <i>Visitas de supervisão 2021</i>	26
Figura 2 <i>Momento em que os professores recebem visitas de supervisão pedagógica</i>	27
Figura 3 <i>Frequência com que os professores solicitam ajuda dos supervisores.....</i>	28
Figura 4 <i>Responsáveis pela supervisão pedagógica na escola</i>	29
Figura 5 <i>Sentimento do professor na presença do supervisor</i>	34
Figura 6 <i>Grau de satisfação do professor quando recebe uma visita inesperada do supervisor.....</i>	34
Figura 7 <i>Contributo de supervisão pedagógica no processo de ensino de aprendizagem.....</i>	36

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1</i> <i>Características de supervisão e inspecção escolar</i>	11
<i>Tabela 2</i> <i>Caracterização dos professores</i>	18
<i>Tabela 3</i> <i>As atribuições do supervisor pedagógico</i>	31
<i>Tabela 4</i> <i>Professores que precisam de mais apoio dos supervisores</i>	35

LISTA DE SIGLAS

DDE	Direcção Distrital da Educação
DPEC	Direcção Provincial da Educação e Cultura
E-A	Ensino e Aprendizagem
EPC	Escola Primária Completa
FACED	Faculdade de Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MINEDH	Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano
OGED	Organização e Gestão da Educação
PEA	Processo de Ensino e Aprendizagem
SDEJT	Serviços Distritais de Educação Juventude e Tecnologia
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
S-E	Supervisão Educacional
SNE	Sistema Nacional de Educação
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
ZIP's	Zonas de Influência Pedagógica

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Problema de pesquisa.....	2
1.2	Objectivos e perguntas de pesquisa	3
1.2.1	<i>Objectivo geral</i>	3
1.2.2	<i>Objectivos específicos</i>	3
1.2.3	<i>Perguntas de pesquisa</i>	3
1.3	Justificativa	3
2	REVISÃO DA LITERATURA	5
2.1	Supervisão	5
2.2	Supervisão na educação	6
2.3	Tipos de supervisão	7
2.3.1	<i>Supervisão educacional</i>	7
2.3.2	<i>Supervisão escolar</i>	7
2.3.3	<i>Supervisão pedagógica</i>	8
2.4	Apoio pedagógico.....	9
2.5	Relação entre supervisão e coordenação	9
2.6	Diferença entre supervisão e inspecção escolar	10
2.7	Importância da supervisão pedagógica no processo de ensino-aprendizagem.....	11
2.8	Provisão legal de supervisão em Moçambique	12
3	METODOLOGIA.....	16
3.1	População e amostra	17
3.1.1	<i>População</i>	17
3.2.1	<i>Amostra</i>	17
3.1.2	<i>Caracterização da amostra</i>	17
3.2	Instrumentos de recolha de dados	18
3.2.1	<i>Entrevista</i>	18
3.2.2	<i>Questionário</i>	19
3.2.3	<i>Análise documental</i>	19
3.3	Análise e tratamento dos dados.....	20
3.4	Aspectos éticos	20
3.5	Limitações do estudo	20
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	21
4.1	Caracterização da Escola Primária Completa 3 de Fevereiro	21
4.2	Que mecanismos o Ministério da Educação estabelece para o desenvolvimento da supervisão pedagógica nas escolas?	21
4.3	Como é desenvolvida a supervisão pedagógica na EPC 3 de Fevereiro?	24

4.4	Que percepções têm os professores, directores e supervisores pedagógicos em relação a prática de supervisão na EPC 3 de Fevereiro?	31
5	CONCLUSÕES.....	38
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
7	APÊNDICES E ANEXOS.....	44

1 INTRODUÇÃO

Segundo Greia (2013) a supervisão implica assessorar, acompanhar, orientar, monitorar e analisar sistematicamente todo o processo educativo. O eixo principal da actividade de supervisão pedagógica é dinamizar de forma proactiva e reflexiva toda a actividade de ensino-aprendizagem com vista a melhorar a qualidade de ensino, bem como proporcionar meios de uma actualização constante.

Se assumirmos que a supervisão constitui o epicentro de diferentes práticas que, devidamente partilhadas engrandecem o processo de ensino-aprendizagem, evidentemente relacioná-la-emos à necessidade de investir nos supervisores, de modo que respondam, com eficiência e eficácia, às necessidades específicas e concretas dos professores e alunos nas escolas.

A supervisão escolar em Moçambique é tida como estratégia de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, de apoio à gestão da escola e instrumento de boa governação aliada à qualidade do ensino.

Segundo o Manual de Apoio à Supervisão Escolar, ela deve ser realizada por um profissional de educação designado para fazer o acompanhamento dos processos ligados à gestão pedagógica, administrativa, financeira e dos recursos humanos, com competências para apoiar, facilitar o processo de reflexão e das mudanças, controlar a implementação das políticas, estratégias e orientações superiormente definidas (MINED, 2013).

A presente pesquisa pretende analisar os desafios enfrentados na implementação da supervisão e o apoio pedagógico aos professores no processo de ensino e aprendizagem. O estudo foi realizado através de uma pesquisa mista (qualitativo-quantitativo) que se situa na tipologia do estudo de caso e foram aplicadas as técnicas de entrevistas e questionários para a recolha de dados direccionados aos Professores, Supervisores e Directores da escola em estudo.

A monografia encontra-se estruturado da seguinte maneira: introdução que inclui a apresentação do problema, objectivos do estudo (geral e específicos), as perguntas de pesquisa e a justificativa. O segundo capítulo é reservado à revisão da literatura onde são apresentados e discutidos os principais conceitos e conteúdos que dão suporte a esta pesquisa. O terceiro capítulo apresenta a metodologia que foi usada com destaque para a abordagem metodológica, a população e amostra, as técnicas e instrumentos de recolha de dados os aspectos éticos e

limitações do estudo. O quarto capítulo a análise e discussão dos resultados obtidos e o quinto capítulo são apresentadas as conclusões, recomendações sobre aspectos-chave discutidos.

1.1 Problema de pesquisa

A educação é um processo e acção que permitem o desenvolvimento de faculdades físicas, intelectuais e morais de ser humano. O artigo 88 da Constituição da República de Moçambique define a educação como um direito e dever do cidadão, o Estado promove a extensão da educação à formação profissional contínua e a igualdade de acesso de todos os cidadãos ao gozo deste direito.

Após a Independência nacional em 1975, Moçambique registou uma expansão de rede escolar e alfabetização elevada, que igualmente obriga o sector da educação a investir num ensino de qualidade.

É neste contexto que os debates e as políticas da educação actuais centram-se em torno da qualidade na educação, reconhecendo que não é suficiente ter escolas e/ou instituições de ensino, é necessário também, oferecer uma educação de qualidade.

Tomar consciência das mudanças que estão a acontecer na sociedade e das novas demandas que se colocam à educação, significa, igualmente, pensar em agentes de supervisão bem preparados, actualizados e dinâmicos, sensíveis aos problemas internos dos professores e suas dificuldades, mas também preocupados com o destino dos alunos e com as responsabilidades da escola para com a comunidade (Ferreira, 2008).

O Plano Estratégico da Educação (2012-2016) menciona a supervisão entre as normas de boa governação, apoiando o reforço à supervisão e a inspecção e um melhor envolvimento dos conselhos de escola na prestação de contas e na observância dos padrões e normas educativas, para garantir a qualidade do ensino e recomenda o incremento de uma supervisão virada para a dinâmica da pedagogia na sala de aula (MINED, 2012).

Para responder a este grande desafio o Ministério da Educação tem concebido vários documentos que normalizam e regulam a prática de supervisão pedagógica, como é o caso do “Manual de Apoio à Supervisão” que tem como objectivo geral guiar o supervisor no processo de análise, verificação, controlo e avaliação, do “Manual das Directrizes para a Supervisão do Ensino Primário pelos Serviços Distritais de Educação Juventude e Tecnologia” que determina que todas as escolas primárias devem ser supervisionadas e acompanhadas pelo menos duas vezes por ano, para garantir o cumprimento do plano curricular.

No entanto, esta supervisão e acompanhamento regular aos professores nem sempre é observada nas escolas. Por outro lado, nota-se a ausência de oficinas pedagógicas, que segundo o manual das Directrizes é um espaço onde no final de uma visita de supervisão os técnicos supervisores junto com o conselho de escola reúnem-se e fazem a avaliação da situação da escola.

É diante deste cenário que se coloca a seguinte pergunta de pesquisa: ***Que desafios existem para a implementação da supervisão e apoio pedagógico aos professores na Escola Primária Completa 3 de Fevereiro?***

1.2 Objectivos e perguntas de pesquisa

1.2.1 Objectivo geral

Analisar os desafios que existem na implementação da supervisão e apoio pedagógico aos professores na Escola Primária Completa (EPC) 3 de Fevereiro.

1.2.2 Objectivos específicos

- Identificar os mecanismos estabelecidos pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano relativos à supervisão pedagógica.
- Descrever como é desenvolvida a supervisão pedagógica na EPC 3 de Fevereiro.
- Captar as percepções dos professores, directores e dos supervisores sobre as práticas de supervisão pedagógica na Escola Primária Completa 3 de Fevereiro.

1.2.3 Perguntas de pesquisa

- Que mecanismos o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano estabelece para o desenvolvimento da supervisão pedagógica nas escolas?
- Como é desenvolvida a supervisão pedagógica na EPC 3 de Fevereiro?
- Que percepções têm os professores, os directores e supervisores pedagógicos em relação à prática da supervisão pedagógica na EPC 3 de Fevereiro?

1.3 Justificativa

Nos dias de hoje, a supervisão pedagógica reveste-se de capital importância na medida em que o processo de desenvolvimento dos professores repercute-se no melhor desempenho dos seus alunos e na satisfação da sociedade.

A realização deste estudo deveu-se ao interesse particular de aprofundar conhecimentos sobre a supervisão pedagógica, este interesse manifestou-se após o contacto com a disciplina de Supervisão e Inspeção Escolar, onde pude perceber a importância que a supervisão

pedagógica tem no processo de ensino-aprendizagem e consequentemente para a qualidade do ensino.

Analisar a prática de supervisão pedagógica na Escola Primária Completa 3 de Fevereiro, deve-se ao facto de ser uma escola primária onde encontramos professores recém-formados, que requerem uma especial atenção no exercício das suas carreiras, pois, acredita-se que para se ter a qualidade do ensino, o trabalho deve começar da base para facilitar o processo nos níveis subsequentes e garantir que o aluno tenha sucesso durante o percurso estudantil.

Espera-se com esta pesquisa ampliar a visão sobre a supervisão, dar possível contribuição no melhoramento de mecanismos de implementação de supervisão pedagógica e práticas educativas no contexto escolar salientando-se no apoio ao desenvolvimento profissional dos professores para garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo apresenta-se a revisão literária que servirá de suporte para a realização da pesquisa, onde são discutidos os conceitos-chave considerados elementares nesta matéria e que permitirão o melhor entendimento do tema tais como: supervisão, supervisão na educação, tipos de supervisão, apoio pedagógico, relação entre supervisão e coordenação, a diferença entre supervisão e inspecção escolar e a importância da supervisão pedagógica no processo de ensino e aprendizagem. São ainda analisados os documentos que dão suporte legal à supervisão em Moçambique.

2.1 Supervisão

Ao falar de supervisão, é importante primeiro esclarecer o seu sentido etimológico formado pelos vocábulos super (sobre) mais visão (acção de ver), indicando a atitude de ver com mais clareza uma acção qualquer, no seu sentido estrito pode-se dizer que o termo significa olhar o todo, dando ideia de visão global (Cardoso & Silva, 2013).

O conceito de supervisão aparece associado a normatividade, superioridade, hierarquização, reprodução de práticas e mesmo a algum distanciamento no que respeita às questões humanas. Assim, o termo “supervisão” utiliza-se numa multiplicidade de campos de actuação. Daí a necessidade que se tem vindo a sentir de especificar o domínio de acção: “supervisão financeira, supervisão de professores, supervisão pedagógica, supervisão clínica, supervisão da investigação, supervisão da formação curricular, supervisão institucional”, entre outras (Assique, 2015).

Foulquié (1971) como citado em (Ferreira, 2008), define a supervisão como acção de velar sobre alguma coisa ou sobre alguém a fim de assegurar a regularidade de seu funcionamento ou de seu comportamento.

Tomando como referência o pensamento dos autores acima citados pode-se dizer que supervisão, apesar de sua conotação muitas vezes ligada a superioridade, hierarquização, entre outros aspectos é um processo sistemático onde um profissional mais experiente através de um olhar abrangente no exercício duma determinada tarefa de área específica, em coordenação com os profissionais ‘‘menos experientes’’, orienta o serviço em questão com vista a assegurar a regularidade de todas actividades nele existente para garantir melhores resultados ou esperados.

2.2 Supervisão na educação

Segundo Silva (1987), o surgimento da Supervisão está relacionado ao homem e ao trabalho. Foi através da separação entre concepção e execução do trabalho que originou a supervisão, para exercer o controlo sobre os processos.

Nilles e Lovell (1975), citados em Lima (1987), relatam a história da supervisão em dois grandes momentos: século XVIII – XIX; e final do século XIX e início do século XX. Durante o século XVIII ao princípio do século XIX, a supervisão manteve-se dentro de uma linha de inspeccionar e reprimir, observar e monitorar, tendo deste modo uma conotação de vigilância, detenção de falhas de uma determinada actividade supervisionada.

Somente em 1841, em Cincinnati, surgiu a ideia de supervisão relacionada ao processo de ensino e aprendizagem, sendo que até 1875 estava voltada primordialmente para a verificação das actividades docentes (Afonso et al. 1975 como citado em Lima, 1987). No final do século XIX e no início do século XX, a supervisão passou a preocupar-se com o estabelecimento de padrões de comportamento bem definidos e de critérios de aferição do rendimento escolar visando à eficiência do ensino. Uma supervisão preocupada com os resultados obtidos, o funcionamento da própria escola e estímulo do progresso da educação.

“No começo do século XX, pode-se verificar a utilização dos conhecimentos científicos na melhoria do ensino e na medida dos resultados de aprendizagem dos alunos passando deste modo a transmitir, explicar melhorar, impôr, julgar e recompensar” (Nilles & Lovell, 1975 como citados em Lima 1987, p.70).

A partir de 1925, percebe-se uma influência maior das ciências comportamentais na supervisão e também se observa uma grande tendência de introduzir princípios democráticos nas organizações educacionais aplicando-se ao papel do supervisor como líder democrático (ibidem).

Ainda na óptica de Lima (1987), foi em 1930, que a supervisão assumiu um carácter de liderança, de esforço cooperativo para alcance dos objectivos, com a valorização dos processos de grupo na tomada de decisões. Porém, a partir de 1960 a acção supervisora voltou-se para o currículo, tendo a pesquisa o lugar proeminente na busca das novas soluções para a melhoria da qualidade do ensino.

2.3 Tipos de supervisão

2.3.1 *Supervisão educacional*

Supervisão educacional situa, mais amplamente, no que diz respeito as questões e serviços da educação, a acção supervisora. O educacional, portanto, extrapola as actividades da escola para alcançar, em nível macro, os aspectos estruturais sistémicos, da educação. Abrange serviços das instâncias intermediárias e centrais do sistema e da política da educação (Rangel, 1998 como citado em Ferreira, 2008).

A Supervisão Educacional (SE) exerce um papel importante na criação da necessária rotina dos processos, não só nos estabelecimentos escolares, como também nos próprios órgãos gestores centrais, provinciais, distritais, e os de base. Uma rotina que engloba aspectos como a sistematização dos processos de relacionamento entre várias instâncias, pontualidade, assiduidade por parte de todos os membros das respectivas comunidades, correcta planificação, adequada consentânea implementação do PEA (Remane, 2015).

No entanto, pode-se perceber que a supervisão educacional é um processo que visa o controlo das actividades educacionais no seu todo, desde o nível macro até a base. Esta supervisão visa ainda uma boa rotina nos estabelecimentos de ensino e promove um PEA dinâmico e inovativo e, garante que cada interveniente nele envolvido actue consoante as suas atribuições.

2.3.2 *Supervisão escolar*

A Supervisão escolar por sua vez supõe a supervisão da escola nos serviços administrativos, de funcionamento geral, como também os pedagógicos. Neste sentido observam-se acções semelhantes às de direcção (Ferreira, 2008).

Na óptica de Silva (2013) a supervisão escolar é um instrumento de garantia para execução do que foi planeado, exigindo um profissional preparado para o exercício desta função, visto que ele acaba desempenhando diversas funções dentro da sua função precípua, facto que o supervisor também dá assessoria ao professor mediando-o nas suas relações com os alunos, estabelecendo uma acção pedagógica de parceria para a superação de problemas surgidos no âmbito escolar.

Portanto a supervisão escolar cinge-se na escola, dando orientação nas suas actividades gerais, observando e estabelecendo ligação entre todas as partes da escola, como também dando ferramentas e recursos necessários para o alcance dos objectivos plasmados.

2.3.3 *Supervisão pedagógica*

A supervisão pedagógica pode ser entendida como um processo de trabalho desenvolvido nas escolas com os professores que visa melhorar a prática educativa e promover a construção e o crescimento profissional dos seus autores (Duffy, 1998 como citado em Ferreira & Fernandes, 2015).

Uma outra contribuição é feita por Ferreira (2008) que considera a supervisão como um trabalho de assessoramento aos professores e à equipe escolar, tendo em vista o desenvolvimento de um projecto colectivo que propõe mudanças não só nas práticas usuais mas também nas concepções que as embasam, esse trabalho terá que ser encarado como uma interacção entre iguais, onde não existe diferença de posições entre os membros do grupo, mas uma relação de colaboração.

O mesmo autor refere ainda que, para o sucesso desse trabalho de assessoramento aos professores, algumas condições são imprescindíveis nomeadamente:

- Manter um clima de abertura, cordialidade, encorajamento fortalecer o sentimento grupal;
- Trabalhar com professores, propiciando ideias, estimulando e fortalecendo as lideranças, reflexão sobre a prática, sugerindo, trazendo contribuições, mostrando caminhos e alternativas;
- Conhecer a legislação, seus limites e brechas, otimizando seu uso em proveito da escola e dos objectivos educacionais, preocupando-se sempre com a renovação da escola e das práticas pedagógicas, criando laços com a comunidade;
- Estimular o desenvolvimento de experiências e seu compartilhamento com o grupo;
- Atentar para as dificuldades apresentadas pelos professores, criando mecanismos que permitam a consulta e a discussão do assunto;
- Subsidiar os docentes com informações e conhecimentos actuais sobre temas complexos, de forma directa ou indirecta, orientando leituras, dando referências ou propiciando encontros com especialistas na área;
- Actuar junto à administração da escola no sentido de viabilizar encontros para debates de estudos e intercâmbios, agilizando meios e condições para tanto. Retomando as afirmações iniciais, para que a supervisão educacional ganhe seu verdadeiro sentido no contexto escolar, é necessário despir-se do autoritarismo que a caracterizou em épocas passadas e assumir seu verdadeiro papel de estimuladora e organizadora de um projecto

de mudança necessária que envolva, de forma responsável, toda a comunidade escolar (ibidem, p.180).

Portanto a supervisão pedagógica deve ser entendida como um processo de orientação aos professores desde a fase da iniciação de suas carreiras podendo alargar-se durante toda vida do profissional, e que pode ser realizada por especialistas em supervisão como também por colegas do mesmo contexto educativo através da interacção, avaliação e auto-avaliação dos autores desta prática estimulando deste modo mudanças no desenvolvimento de aprendizagem.

2.4 Apoio pedagógico

Segundo Marques (2000), apoio pedagógico é um conjunto de actividades de remediação ou de enriquecimento tendo em vista ajudar o aprendiz a ultrapassar as dificuldades ou melhorar, de alguma forma, os seus resultados.

MINED (2013) no Manual de Apoio à Supervisão Escolar define apoio pedagógico como sendo a ajuda aos professores e direcções de escolas na identificação bem como na procura de soluções dos problemas que dificultam o processo de ensino-aprendizagem; na identificação e melhoria das metodologias de ensino com vista a garantir uma boa aprendizagem.

Pode-se por isso entender por apoio pedagógico a preparação constante do trabalho docente através da análise, avaliação e reflexão do seu papel de modo a capacitá-lo para trabalhar em contextos de mudanças cada vez mais colocadas pela sociedade.

2.5 Relação entre supervisão e coordenação

A supervisão tem a função principal de fomentar ou apoiar contextos de formação que se traduzem em melhoria da escola, no desenvolvimento profissional dos agentes educativos (professores, auxiliares, funcionários e alunos) em um lugar, um tempo e um contexto de aprendizagem (Alarcão, 2001).

Coordenação tal como define Fayol (1916) citado em Nivagarra (2005) é o princípio de administração da educação que garante o desempenho eficaz de uma organização porque é através dele que se observa quando todas as pessoas e recursos estão sincronizados e orientados. Deste modo, a coordenação está ligada a promoção de cooperação entre os professores, atendendo que o trabalho docente não pode ser apenas de natureza individual, aspecto este que encontramos espelhada numa perspectiva colaborativa de supervisão direccionada à melhoria da escola enquanto instituição (Gaspar et al., 2012).

A coordenação estabelece uma relação com a supervisão na medida em que torna a prática interactiva ligando as partes educativas, promovendo a cooperação e colaboração, e instiga

uma supervisão partilhada pelos seus atores e garante que a escola se torne numa organização aprendente que de acordo com Senge (1994) citado em Rangel (2001) é aquela que está continuamente expandindo sua capacidade de criar o futuro através de uma aprendizagem contínua e dinâmica.

2.6 Diferença entre supervisão e inspecção escolar

Para Meneses (1977) como citado em Pereira (2012, p.18) “o inspector é aquele que inspecciona, examina, verifica, exerce vigilância, fiscaliza. As acções do inspector compreendem basicamente na verificação das obrigações legais prescritas, das instituições e pessoas que as integram, assim como, as restrições e proibições de acções, tendo em vista o funcionamento correcto e legal dos serviços”.

Libâneo (2002) como citado em Souza (2017) descreve o supervisor escolar como um agente de mudanças, facilitador, mediador e interlocutor. Portanto, seria um profissional apto a realizar a interlocução entre direcção escolar, educandos, educadores e todos os demais indivíduos que, de alguma forma, fazem parte da comunidade escolar.

Para o Manual de Apoio à Supervisão Escolar a supervisão é considerada como uma actividade sistemática, desenvolvida pelos técnicos pedagógicos das unidades orgânicas do Ministério da Educação, com vista a dar assistência e apoio directo aos professores, através de planificação, acompanhamento, coordenação, controlo, avaliação e desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem na escola (MINED, 2013).

Colocadas as diferenças sobre inspecção e supervisão escolar pode-se concluir que os dois conceitos embora em alguns casos apresentem semelhanças, eles são distintos. Visto que, inspecção escolar é entendida como uma actividade meramente examinadora através de avaliação e fiscalização por meio de regulamentos para se aferir o cumprimento da legislação do sector da educação, enquanto a supervisão é entendida como uma actividade de monitorização sistemática que estabelece um espaço de reflexão ao professor sobre as práticas pedagógicas. Embora a finalidade dos dois conceitos ser de garantir a qualidade do PEA.

O inspector escolar é um técnico da equipa educativa cujo papel é o controlo do cumprimento das normas governativas do Sistema Nacional de Educação (SNE) nas instituições educacionais para garantir a qualidade de todo o processo. Por sua vez, o supervisor escolar também é um técnico da mesma equipa cujo papel resume-se em acompanhamento e monitoria do processo de ensino e aprendizagem no seu todo com vista a garantir a qualidade.

Para efectivar a compreensão sobre as diferenças existentes entre a supervisão e inspecção escolar apresentam-se na Tabela 1 as características de supervisão e inspecção escolar.

Tabela 1 Características de supervisão e inspecção escolar

Inspecção escolar	Supervisão escolar
O objectivo da inspecção é garantir o cumprimento das políticas traçadas a nível macro na escola;	A supervisão tem como objectivo apoiar o processo de ensino e aprendizagem;
A inspecção enfatiza rigidamente o cumprimento das regras e regulamentos de inspecção de peculiaridades e condições locais que podem condicionar as regras e regulamentos pré-estabelecidos;	A supervisão preocupa-se com a estrutura geral do sistema escolar e lida com qualquer assunto do currículo escolar para o bem-estar do aluno e o professor;
As inspecções normalmente não são completas porque geralmente são ocasionais e direccionados a problemas como investigação de fraude;	A supervisão geralmente é bem planeada e a sua realização considera todas as condições prevalecentes na escola e no ambiente imediato;
Os Inspectores exigem respeito, intimidam os professores, alunos e directores de escolas;	Os supervisores são atenciosos com os assuntos que encontram durante o seu trabalho, portanto ganham respeito ao compartilhar experiências;
Os relatórios de inspecção geralmente não são escritos imediatamente após a inspecção;	Os relatórios de supervisão são geralmente discutidos com as partes envolvidas neste processo;
Verifica-se pouco acompanhamento após actividades de inspecção.	As actividades de supervisão são regulares e recebem o devido acompanhamento.

Fonte: Olele (1995), como citado em Ololube e Major (2014)

2.7 Importância da supervisão pedagógica no processo de ensino-aprendizagem

Embora exista diversidade de opiniões sobre os critérios de avaliação de qualidade no ensino, há necessidade de se estabelecer o padrão de qualidade que oriente as finalidades de cada escola em determinado contexto.

Segundo o Manual de apoio a supervisão pedagógica abordar sobre as práticas de supervisão pedagógica leva a olhar um pouco para a figura do professor uma vez tido como um modelo a ser seguido na escola, bem como na sociedade. E, como também é atribuído a ele o papel de motivador aos seus alunos, incentivo a criatividade, é o professor que incute nos alunos o sentido de responsabilidade em relação as acções a desenvolver. É o professor que tem o privilégio de conhecer e vivenciar os problemas da aprendizagem detectados no decurso do PEA (MINED, 2003).

Segundo Libânio (1990) citado em Novela (2017) o professor contribui para a formação cultural e científica do povo à medida que prepara os alunos para se tornarem cidadãos activos e participantes na família, no trabalho, nas associações de classe, na vida cultural e política.

“A supervisão pedagógica reveste-se da máxima importância, visto que cabe ao supervisor o papel de ajudar o professor a estruturar metodologias reflexivas, que por sua vez, o ajudarão no seu processo de desenvolvimento profissional repercutindo-se no desenvolvimento dos seus alunos” (Vicente, 2010, p.2).

A supervisão também pode ser vista como o processo enquadrador da formação, onde o professor busca a inserção na sua carreira seja ela inicial ou em exercício e tem como função proporcionar e rendibilizar experiências diversificadas em contextos diferentes, originando interações, experiências e transições ecológicas que se constituem em etapas de desenvolvimento formativo (Alarcão, 2001).

Ainda na mesma linha Oliveira e Formosinho (2002) citados em Ferreira e Fernandes (2015) sustentam a ideia de partilha comunicacional durante o processo de supervisão que pode ser suportada por um trabalho em equipa baseado em reuniões informais regulares. Que vai ajudar a impedir o isolamento do professor em formação que necessita de partilhar em grupo os seus problemas e as suas realizações para auto-conhecer, auto-avaliar e finalmente se reposicionar quanto ao ensino e aprendizagem inovando as suas práticas (Alves, 2008).

Neste contexto como afirma Alarcão e Tavares (1987) como citados em Gaspar et al. (2012), ensinar os professores a ensinar deve ser o objectivo principal de toda a supervisão pedagógica, pois, se a educação em si é um processo contínuo e sistemático resultante de experiências e vivências, logo, o educador deve estar sempre em constante actualização de sua experiência e conhecimento sobre o processo de ensino e aprendizagem para melhor exercer a sua profissão, com zelo, dedicação e responsabilidade.

E por fim, a supervisão pode ser vista na óptica de Formosinho (2002) citado em Alves (2008) como sendo uma prática que visa o melhoramento da prática educativa, o desenvolvimento do potencial individual para a aprendizagem e a promoção da capacidade de auto-renovação da organização.

2.8 Provisão legal de supervisão em Moçambique

A supervisão em Moçambique é vista como um dos instrumentos de gestão de educação que coopera para a qualidade do ensino, mas muitas vezes é confundida com inspecção, por vezes pela falta de profissionais para o efeito nas instituições que lidam com a supervisão

pedagógica quer a nível central quer a nível das escolas, transformando a supervisão numa actividade de fiscalização e controlo.

Não foram encontradas evidências sobre a existência de uma lei que regula a supervisão em Moçambique, no entanto existem manuais e guias que orientam o processo de supervisão escolar nomeadamente: “Manual de Apoio a Supervisão Escolar”, “Manual de Apoio a Supervisão Pedagógica”, “Guia Prático do Supervisor Pedagógico”, e o “Manual das Directrizes para a Supervisão do Ensino Primário pelos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia”.

O “Manual de Apoio à Supervisão Escolar” é um instrumento auxiliar de consulta que contém indicadores que apoiam o supervisor no desempenho das suas tarefas e optimiza o processo de acompanhamento das actividades, com vista a assegurar que a sua realização se efective de forma coordenada, permanente e sistemática.

São encontrados neste manual as noções gerais de supervisão (conceito, perfil do supervisor, princípios do supervisor escolar) as etapas de supervisão escolar a nível da DPEC, SDEJT e a nível das instituições de ensino. Bem como os aspectos específicos a serem observado no ensino primário, secundário, técnico profissional, formação de professores e educadores de adultos.

“Este manual não descreve naturalmente todos os aspectos inerentes ao processo de supervisão; constitui um auxiliar importante que pode ser enriquecido com informações, como é o caso dos anexos que integram fichas de observação, modelo de relatório, que poderão ser ajustadas, no sentido de responderem às necessidades específicas e os objectivos da actividade de supervisão de cada área do sector” (MINED, 2013, p.5).

O “Manual de Apoio à Supervisão Pedagógica” surge no esforço que o MINED tem empreendido na produção de instrumentos de apoio aos professores com vista a melhorar, cada vez mais, a qualidade do ensino no nosso país.

É um manual de carácter teórico que tem como finalidade apoiar aos supervisores pedagógicos a todos os níveis. São nele abordados aspectos como: acção do professor na sala de aula, características e personalidade do professor, são também inseridas propostas de acções do supervisor na sua tarefa de apoio e orientação ao professor, o perfil do supervisor, o conceito da supervisão, aspectos a considerar na elaboração das fichas de observação.

O manual é dirigido aos delegados de disciplina e de classe, adjuntos pedagógicos, directores de escolas, coordenadores de ZIP's, técnicos distritais, provinciais, nacionais, e

espera-se que este lhes seja útil e ajude, sobremaneira, na tarefa de supervisores, (MINED, 2003).

O “Guia Prático do Supervisor Pedagógico” é igualmente um instrumento de apoio ao supervisor na execução das suas tarefas.

Para este, a supervisão consiste em encontros de cortesia com os governos locais, encontros de trabalho com colectivos das DPEC's, SDEJT e escolas, para além da assistência das aulas. Onde são criadas brigadas que efectuem visitas aos distritos e as escolas escolhidas para supervisão na gestão escolar, melhoria de qualidade de ensino e gestão dos recursos humanos, administrativa e financeira com base nas regras e procedimentos do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE).

A organização e gestão da supervisão escolar são da responsabilidade da comissão criada para o efeito, para cuidar dos termos de referência, programa de supervisão, preparação dos materiais, condições logísticas, do processo de realização, a avaliação da supervisão e a produção do relatório.

Para uma supervisão eficaz capaz de apoiar como se pretende e não criar mais dificuldades. É importante a observação dos seguintes passos: (1) aviso aos técnicos envolvidos na deslocação; (2) preparação dos recursos materiais e financeiros necessários do respectivo programa; (3) discussão sobre a parte logística para a deslocação; (4) disponibilização do meio de transporte; (5) fixação do dia e hora de partida bem como o local de concentração (MINED, 2013).

O “Manual das Directrizes para a Supervisão do Ensino Primário pelos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia é um manual de apoio à supervisão escolar aos SDEJT que apresenta todo o processo de supervisão desde a sua planificação até avaliação dos resultados”.

Para este, todas as escolas devem ser visitadas pelo menos uma vez por ano e receber acompanhamento no mesmo ano. E tem o objectivo de verificar e documentar as condições essenciais da gestão escolar e do processo de ensino-aprendizagem a fim de reflectir e decidir com a direcção da escola sobre os pontos que necessitam de atenção para a melhoria do desempenho.

O mesmo manual também prevê Ficha de Observação de Aula na qual são acrescentados os pontos de observação relevantes para a situação específica da escola e no final de cada ciclo

são arquivadas na pasta de documentos de cada professor e ajuda na monitoria interna da qualidade dos professores.

Cada visita de supervisão deve ser realizada por um ou dois técnicos do SDEJT e deve ter duração de um turno, onde pelo menos duas escolas entre si são supervisionadas em cada um dos dias da visita.

Pretende-se com estas directrizes: uniformizar os procedimentos de supervisão do ensino primário, em todo o país; fornecer instrumentos para garantir uma recolha de informações comparáveis no tempo e no território; focalizar as intervenções do MINED e documentar a acção de supervisão dos SDEJT nas escolas.

São estes os principais documentos que orientam a supervisão e apoio pedagógico nas escolas moçambicanas, que mostram a necessidade de supervisão e a pertinência do apoio pedagógico aos professores no processo de ensino e aprendizagem para garantir a qualidade do ensino desejado.

3 METODOLOGIA

No presente capítulo, descrevem-se os aspectos metodológicos adoptados para a materialização da presente investigação quanto à sua abordagem, natureza, objectivos e procedimentos, destacando os instrumentos de recolha de dados, técnicas de análise de dados, população e amostra, aspectos éticos e limitações do estudo.

3.1 Abordagem metodológica

De acordo com Pasqualotti e Portella (2003), a metodologia baseia-se num conjunto de regras escolhidas num contexto estabelecido para se adquirir dados que nos ajudem nas explicações e nas percepções acerca da organização e/ou constituição do mundo.

Para o alcance dos objectivos propostos nesta pesquisa optou-se por uma abordagem mista, que consiste na combinação de pressupostos da pesquisa qualitativa e da quantitativa. A abordagem qualitativa possibilitou a colecta de dados por intermédio da aplicação de entrevistas e questionários e a quantitativa, através de seus elementos quantificáveis, sintetizados em forma de gráficos e tabelas elucidativas dos dados recolhidos.

Bell (1997, p.85) refere que “nenhuma abordagem depende apenas de um só método. Os estudos de casos, geralmente considerados estudos qualitativos, podem combinar uma grande variedade de métodos, incluindo técnicas quantitativas”.

Quanto à natureza, é uma pesquisa empírica, pois segundo Mutimucuo (2008) "a ideia essencial na pesquisa empírica é o uso dos dados ou informação observável como um caminho de responder a perguntas de pesquisa ou desenvolver e testar hipóteses”.

Quanto aos objectivos, a pesquisa foi do tipo exploratório visto que na maioria dos casos envolve o levantamento bibliográfico ou estudo de caso; entrevistas com pessoas que tiverem experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão (Selltitz et al., 1967 como citado em Gil, 2002).

Esta investigação teve como orientação metodológica o estudo de caso. Este tipo de metodologia vem-se tornando uma modalidade muito utilizada por aqueles que buscam saber como ou porquê certos eventos ou fenómenos acontecem. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objectos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (Gil, 2002). O estudo de caso permitiu a exploração profunda e possibilitou maior compreensão

sobre os desafios enfrentados na implementação de supervisão e apoio pedagógico aos professores da EPC 3 de Fevereiro.

3.1 População e amostra

3.1.1 População

De acordo com Marconi e Lakatos (2011), população (ou universo da pesquisa) é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo.

Neste estudo, a população é constituída por 40 professores (15 homens e 25 mulheres), dois supervisores do sexo masculino e dois membros da direcção (um homem e uma mulher).

3.2.1 Amostra

Para Marconi e Lakatos (2011) amostra é parte da população ou do universo, seleccionada de acordo com uma regra ou um plano e refere-se ao subconjunto do universo ou da população por meio do qual estabelecemos ou estimamos as características desse universo ou dessa população.

Para o presente estudo optou-se por uma amostragem por acessibilidade ou por conveniência que, de acordo com Gil (2008), constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por via desta estratégia, o pesquisador selecciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. A amostragem por acessibilidade aplica-se em estudos exploratórios ou qualitativos onde não é requerido um elevado nível de precisão como o que pretendemos desenvolver.

Este tipo de amostragem por acessibilidade foi usado apenas para o grupo de professores respeitando as seguintes variáveis: sexo, grau académico, regime contratual e experiência profissional. Para os grupos com menor número de elementos (gestores e supervisores) a pesquisa abrangeu a todos.

O total da amostra foi constituída por 15 elementos, sendo 11 professores do 2º ciclo (6ª e 7ª classes) correspondendo a 26% do total, dois técnicos supervisores dos SDEJT de KaMpfumo e o Director e Director Adjunto da Escola representando 100% da população destas duas categorias.

3.1.2 Caracterização da amostra

A Directora da escola é técnica N1, formada em Psicologia Educacional e com habilitação em Educação de Infância. Ela exerce actividades de docência há 24 anos, tendo sido Directora

Adjunta durante 4 anos na EPC 16 de Junho, e actualmente Directora da EPC 3 de Fevereiro onde exerce suas funções há 6 anos.

O Director Adjunto é também técnico N1, formado em ensino de Português, tem 10 anos de experiência como professor e exerce as funções de gestor há dois anos.

Os dois supervisores são igualmente técnicos N1, ambos com mais de 10 anos de experiência na profissão são também professores na EPC 3 de Fevereiro.

A amostra na categoria de professores é constituída por 11 elementos que são caracterizados de acordo com as seguintes variáveis: sexo, classes que leccionam, grau académico, regime contractual e anos de experiência na profissão.

Tabela 2 Caracterização dos professores

Variáveis	Características	Frequência
Sexo	Homens	7
	Mulheres	4
Classes que leccionam	6ª classe	4
	7ª classe	4
	6ª e 7ª classes	3
Grau académico	Nível Médio	2
	Licenciatura	9
Regime contractual	Efectivo	11
Experiência Profissional	Mais de 5 anos	11
Total		11

Fonte: Dados da EPC 3 de Fevereiro

3.2 Instrumentos de recolha de dados

Para a recolha de dados e com vista ao alcance dos objectivos propostos no projecto, foram usados os seguintes instrumentos: a entrevista, o questionário e análise documental.

3.2.1 Entrevista

De acordo Marconi e Lakatos (2007, p.199) a entrevista padronizada caracteriza-se pela predeterminação das perguntas a serem efectuadas pelo pesquisador. A entrevista pode ter um carácter exploratório quando relativamente estruturada ou de colecta de informações, quando altamente estruturada.

A entrevista semi-estruturada é aquela que apresenta questões dirigidas ao entrevistado, onde existe um guião previamente elaborado pelo pesquisador para ser aplicado, e não existe rigidez na sequência das questões onde outras questões podem ser exploradas no decurso da entrevista. Este tipo de entrevista permite o pesquisador analisar as reacções do entrevistado, dando profundidade as respostas, o que não seria possível por meio do simples envio de um instrumento a ser preenchido (idem).

Neste estudo, a entrevista semi-estruturada com roteiro de questões (Apêndice A e B) foi aplicada à directora da escola e ao director adjunto e, igualmente, aos supervisores pedagógicos que lidam directamente com a actividade de supervisão na escola.

3.2.2 Questionário

Malheiros (2011, p.137) afirma que o questionário “é formado por um conjunto de questões agrupadas que trazem as possíveis respostas (hipóteses) previstas por quem o desenvolveu, normalmente realizadas sem a presença do pesquisador”. Ainda na mesma perspectiva, Marconi e Lakatos (2011) define questionário como um instrumento de colecta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.

Este instrumento foi muito importante neste estudo uma vez que oferece vantagens por abranger maior número de pessoas simultaneamente obtendo um grande número de dados, como também garante o anonimato dos participantes. Esta técnica foi aplicada aos professores.

O questionários (Apêndice C) apresentava a contextualização da pesquisa, com indicação dos objectivos bem como a garantia da confidencialidade e anonimato e estava organizado em perguntas fechadas e divididas em 4 secções: (A) sobre a supervisão pedagógica na EPC 3 de Fevereiro; (B) percepções sobre a supervisão pedagógica e apoio aos professores; (C) dados pessoais dos inquiridos; (D) reservado para comentários adicionais, que não tivessem sido abordados nas perguntas anteriores.

3.2.3 Análise documental

Análise documental é o conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob forma diferente da original, a fim de reflectir num estudo ulterior, a sua consulta e referência (Bardin, 2008).

A pesquisa documental segundo Guba e Lincoln (1981) como citados em Kripka et al. (2015) consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que não foram utilizados

para nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos.

Análise documental permitiu com que o estudo tivesse informações fidedignas sobre supervisão e apoio pedagógico aos professores e destinou-se a consulta de documentos oficiais do Ministério da Educação que debruçam sobre a supervisão pedagógica nas escolas.

3.3 Análise e tratamento dos dados

Para análise de dados tomou-se em conta a abordagem da pesquisa mista. Portanto, consistiu no exame e categorização das evidências através da leitura sistemática e interpretação dos dados da entrevista e questionários, seguido do agrupamento das relações existentes entre si, tendo em conta os objectivos e questões do estudo.

Os dados quantitativos obtidos através do questionário, foram interpretados com base o pacote informático Excel, parte do programa Microsoft Office 2010, que deu o recurso a construção de tabelas e gráficos que ajudaram a sustentar os resultados obtidos.

3.4 Aspectos éticos

Segundo Isaque (2019) questões éticas referem-se ao conjunto de procedimentos adoptados durante a pesquisa para garantir o respeito aos participantes, bem como um comportamento adequado do pesquisador, no local de recolha de dados e na apresentação e discussão dos resultados.

O primeiro aspecto a ser observado foi a solicitação de credenciais à Direcção do Registo Académico da Faculdade de Educação para formalizar a recolha de dados na Escola Primária 3 de Fevereiro e na Direcção Distrital de Educação de KaMpfumo.

Para a administração dos questionários e entrevistas, foi explicado antecipadamente aos inquiridos o objectivo do estudo e solicitada a sua disponibilidade para participação. Os questionários e entrevistas foram conduzidos respeitando a confidencialidade e anonimato.

3.5 Limitações do estudo

Constituiu maior limitação desta pesquisa o facto de ter sido realizada no contexto da pandemia da Covid-19 onde de entre as medidas tomadas pelo Governo Moçambicano para a contenção da propagação da pandemia, incluía o encerramento dos estabelecimentos escolares. Esta situação resultou na redução da amostra uma vez que nem todos os professores estavam disponíveis.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo faz-se apresentação e discussão dos resultados obtidos na pesquisa realizada na EPC 3 de Fevereiro e na Direcção Distrital da Educação de KaMpfumo. O conteúdo do presente capítulo está estruturado de acordo com as perguntas aplicadas nos inquéritos concebidos para a pesquisa: Pergunta 1. Que mecanismos o Ministério da Educação estabelece para o desenvolvimento da supervisão pedagógica nas escolas? Pergunta 2. Como é desenvolvida a supervisão pedagógica na EPC 3 de Fevereiro? Pergunta 3. Que percepções têm os professores, gestores e supervisores sobre a supervisão pedagógica? Para cada uma das perguntas, a apresentação dos resultados foi efectuada com base em fontes de evidências que pode ser de natureza qualitativa ou quantitativa que foram obtidos através de questionários e entrevistas, e, em seguida a análise e discussão dos resultados.

Antes da apresentação dos resultados, torna-se relevante a caracterização do local onde decorreu o estudo.

4.1 Caracterização da Escola Primária Completa 3 de Fevereiro

A Escola Primária Completa 3 de Fevereiro foi inaugurada em 1934 e localiza-se no Bairro Polana Cimento A, no Distrito Municipal KaMpfumo, Av. Eduardo Mondlane, número 445, na Cidade de Maputo.

A escola lecciona o 1º e 2º ciclo, é gerida por um Director e um Director Adjunto e conta com um efectivo escolar de 1772 alunos, dos quais 1258 são do EP1 e 514 são do EP2, 42 professores (16 homens e 26 mulheres), quatro funcionários da secretaria e sete auxiliares.

Do ponto de vista de infra-estrutura, a escola é constituída por 19 salas de aula, um bloco administrativo em que se encontra o gabinete do Director, o gabinete do Director Adjunto e o gabinete do Chefe de Secretaria. Possui quatro casas de banho, uma cantina, uma papelaria e um campo desportivo.

4.2 Mecanismos o Ministério da Educação estabelece para o desenvolvimento da supervisão pedagógica nas escolas

O primeiro objectivo desta pesquisa busca saber os mecanismos estabelecidos pelo MINEDH para o desenvolvimento de supervisão pedagógica. Para a identificação desses mecanismos, recorreu-se a uma análise documental de instrumentos que orientam a prática de supervisão nas escolas nacionais.

O MINEDH tem empreendido esforços na produção de instrumentos de apoio aos professores com vista a melhorar, cada vez mais o nível de ensino no país. Nesta conformidade, identificámos instrumentos tais como o Manual de Apoio à Supervisão Escolar, Manual de Apoio à Supervisão Pedagógica, Guia Prático do Supervisor Pedagógico e Manual das Directrizes para a Supervisão do Ensino Primário pelos SDEJT, que oferecem ao supervisor directrizes concretas para o desenvolvimento do seu trabalho.

O “Manual de Apoio à Supervisão Escolar” é um instrumento auxiliador de consulta do trabalho do supervisor, onde são encontradas as noções gerais de supervisão (conceitos, o perfil do supervisor e os princípios de supervisão) e as etapas de supervisão a nível da DPEC, SDEJT e a nível das escolas.

Para o caso das escolas, o MINEDH assegura que o processo de supervisão deve ser sistemática e permanente e estabelece que todas as escolas devem ser visitadas pelo menos duas vezes por ano e receber novas visitas de acompanhamento no mesmo ano para verificar a evolução da situação encontrada. Nas visitas de supervisão espera-se que seja feito um diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem com maior incidência para a sala de aula. Verificar e documentar as condições essenciais da escola a fim de reflectir e decidir com a direcção da escola sobre os pontos que necessitam de atenção para a melhoria de desempenho.

Através deste “Manual de Apoio à Supervisão Escolar”, o Ministério de Educação estabelece que para a realização de uma visita de supervisão pedagógica, primeiro se identifiquem os objectivos da visita, crie-se uma brigada constituída por técnicos responsáveis por cuidar de Termos de Referência, e se preparem os materiais e condições logísticas. Durante a visita devem ser observados todos os aspectos que levaram à deslocação dos técnicos à escola, muitas vezes descritos nos Termos de Referência que orientam a actividade. A observação de aulas termina com uma análise conjunta do supervisor e o professor assistido, destacando as incidências do que foi observado.

O “Manual de Apoio à Supervisão Pedagógica” é um outro instrumento que tem como finalidade apoiar aos supervisores pedagógicos na escola. Nele, são encontrados aspectos como: propostas de acções do supervisor na sua tarefa de apoio e orientação ao professor, o perfil do supervisor, o conceito da supervisão, aspectos a considerar na elaboração das fichas de observação durante a visita de supervisão.

De acordo com este manual, um supervisor é uma pessoa formalmente designada para apoiar e controlar a implementação do currículo e a instrução no sentido de desenvolver a

qualidade do PEA. Deve ser competente, experiente, social, cooperativo, idóneo, com capacidade crítica sobre o processo de ensino-aprendizagem, MINED (2003).

Após a observação das aulas a equipa de supervisores e a direcção da escola reúnem-se para analisar e discutir aspectos observados durante a visita, partilhar possíveis soluções e/ou recomendações para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Para a documentar a situação encontrada recorre-se à Matriz de Reflexão e Recomendações, um documento que faz parte do material de trabalho do supervisor e o seu exemplar pode ser encontrado no Manual de Apoio à Supervisão Pedagógica. Nas visitas de supervisão este documento é elaborado em duplicado para um exemplar ficar na escola para o seu seguimento e outro fica com a equipa dos supervisores para o seu acompanhamento e para o arquivo institucional.

O supervisor deve obrigatoriamente elaborar um relatório, comparando a situação actual da escola com a situação da última visita e mostrar o progresso.

Deverá, por fim, alistar as medidas a serem tomadas e também anotar a pessoa responsável por cada uma das medidas na escola ou pelos supervisores, indicando, igualmente, o prazo dentro do qual a medida deverá ser implementada.

O “Guia Prático do Supervisor Pedagógico” é igualmente um instrumento de apoio ao supervisor na execução das suas tarefas. Nele, o destaque é sobre os encontros de trabalho com os colectivos das DPEC’s, SDEJT e escolas, para além da assistência às aulas. Para estes encontros são criadas brigadas que efectuem visitas às escolas e visam garantir a melhoria de qualidade de ensino e gestão dos recursos humanos, administrativa e financeira das instituições de ensino. A organização e gestão da supervisão escolar é responsabilidade da comissão criada para o programa de supervisão.

De acordo com o “Guia Prático do Supervisor Pedagógico”, o relatório de supervisão é elaborado cinco (5) dias após o término da visita, e, que deverá ser submetido ao director que autorizou a realização da supervisão ou seu substituto. Por sua vez, o director deverá emitir um despacho, em tempo útil, dando orientações sobre acções de seguimento, face às situações apresentadas e, em caso de necessidade, tomar outras medidas convenientes (MINED, 2013).

O “Manual das Directrizes para a Supervisão do Ensino Primário pelos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia” é um manual de apoio à supervisão escolar aos SDEJT que apresenta todo o processo de supervisão das aulas. Este manual estabelece que, todas as escolas devem ser visitadas pelos supervisores de modo a verificar e documentar as condições

da gestão escolar e do processo de ensino-aprendizagem a fim de reflectir e decidir com a direcção da escola sobre os pontos que necessitam de atenção para a melhoria do desempenho.

O “Manual das Directrizes para a Supervisão do Ensino Primário pelas SDEJT” contém uma Ficha de Observação de Aula na qual são acrescentados os pontos de observação relevantes para a situação específica da escola e no final de cada ciclo são arquivadas na pasta de documentos de cada professor, ajudando assim a monitoria interna da qualidade dos professores.

Cada visita de supervisão deve ser realizada por um ou dois técnicos do SDEJT e deve ter a duração de um turno, onde pelo menos duas escolas entre si são supervisionadas em cada um dos dias da visita.

4.3 Como é desenvolvida a supervisão pedagógica na EPC 3 de Fevereiro

A supervisão pedagógica pode ser entendida como um processo de trabalho desenvolvido nas escolas com os professores que visa melhorar a prática educativa e promover a construção e o crescimento profissional dos seus autores (Duffy, 1998 citado em Ferreira & Fernandes, 2015).

Segundo MINED (2003), o Manual de Supervisão Pedagógica define a supervisão como uma actuação de monitorização da prática pedagógica, sobretudo, através, de procedimentos de reflexão e experimentação. O Manual das Directrizes para a Supervisão do Ensino Primário pelos SDEJT determina que todas as escolas primárias devem ser supervisionadas pelo menos duas vezes por ano, e acompanhadas para garantir o cumprimento do plano curricular (MINEDH, 2015).

O segundo objectivo específico desta pesquisa era descrever como é que a supervisão pedagógica é desenvolvida na EPC 3 de Fevereiro. Nesta descrição, foram considerados cinco aspectos nomeadamente, o número de visitas de supervisão; o período do ano lectivo em que são realizadas visitas de supervisão; a frequência com que os professores solicitam ajuda dos supervisores; os responsáveis pelas visitas de supervisão; e as atribuições dos supervisores.

Sobre o *número de visitas realizadas à escola*, recorreu-se à entrevista com os Directores da Escola e os supervisores, e questionários dirigidos a professores.

Na entrevista com os directores da escola, quando questionados sobre o número de visitas que são realizadas na EPC 3 de Fevereiro, primeiro afirmaram que a supervisão é realizada e reconhecida tanto pelos professores quanto pela direcção da escola. Mas nas suas intervenções

não deixaram ficar o número exacto das visitas de supervisão pedagógica que a escola recebe por ano.

O mesmo se verificou na entrevista com os supervisores. Estes também terão mencionado somente o que os planos curriculares estabelecem, mas não o que ocorre na escola. A direcção da escola assim como os supervisores revelaram desconhecer o número de visitas que são efectuadas na escola o que pode contribuir para o não cumprimento das visitas de supervisão estabelecidas pelo MINEDH bem como as visitas de monitoria feitas ao longo de todo o processo.

Por outro lado, o desconhecimento do número de visitas efectuadas na escola poderá afectar na planificação das visitas subsequentes, porque a realização de uma visita de supervisão pedagógica depende em parte da situação anteriormente encontrada e que deve ser descrita e arquivada para o conhecimento de todos. Tal como em MINEDH (2015), no Manual das Directrizes de Supervisão pelos SDEJT, os supervisores quando terminam uma visita, devem compilar os dados de cada escola visitada no Mapa Resumo, onde se atribui a cada escola uma avaliação referente a cada um dos factores-chave observados, isso permite aos técnicos tomarem decisões sobre que escolas precisam de visitas de acompanhamento. Esta situação demonstra haver ainda desafios para o MINEDH no desenvolvimento das práticas de supervisão pedagógica.

A mesma pergunta foi feita aos professores (pergunta A1 do questionário). Respostas revelam que, apesar de dois (2) dos professores não terem respondido, a maioria nove (9) disse que recebe habitualmente duas (2) visitas por ano.

Ainda nesta perspectiva, procurou-se saber como se caracterizou a situação de supervisão neste último ano 2021, já que é um ano atípico. Evidências foram obtidas primeiro através da pergunta A2 do questionário que pretendia saber dos professores quantas visitas receberam em 2021. Respostas variam e revelam, tal como é observado na figura 6, que sete (7) professores receberam duas (2) visitas, três (3) receberam uma (1) visita e um (1) dos professores não recebeu qualquer visita de supervisão.

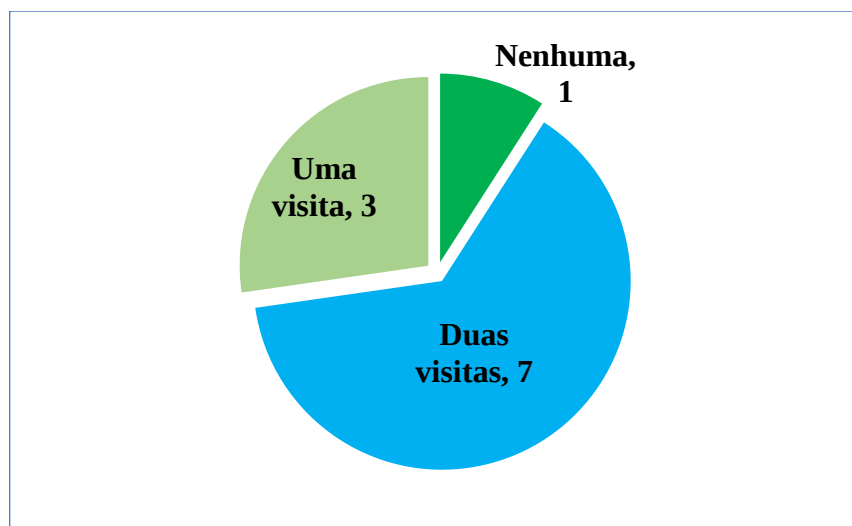


Figura 1 Visitas de supervisão 2021

Por sua vez, os directores da escola referiram que, as visitas realizadas neste último ano tinham como foco principal, verificar o nível de preparação da escola face à Covid-19 e não tanto o processo de ensino-aprendizagem, ou seja, não houve assistência às aulas.

Com a situação da pandemia, torna-se ainda mais relevante a supervisão e apoio aos professores porque eles têm mais turmas para leccionar, e menos tempo para preparar as aulas e trocar experiências com os colegas, e também para actualização profissional em resposta às restrições impostas pelo governo. Uma situação que, se for ignorada, poderá contribuir de forma negativa na qualidade de educação no país.

Em relação ao *período do ano lectivo em que são realizadas visitas de supervisão*, recorreu-se também à entrevista com os Directores da Escola e os supervisores, e questionários dirigidos a professores.

Os Manuais sobre Supervisão não referem em que período do ano lectivo as escolas devem receber visitas, mas referem através do Regulamento Atinente à Supervisão Distrital, (MINED, s/d) como citado em Novela (2017), que a supervisão escolar deve ter um carácter contínuo e sistemático, e a direcção da escola deve elaborar relatórios trimestrais da supervisão e enviar aos serviços distritais. Uma visão que demonstra haver obrigatoriedade de se realizar visitas de supervisão trimestrais. Contudo, uma vez que nem os directores nem os supervisores não esclareceram sobre o número das visitas que a escola recebe em média anualmente, leva-nos a crer que, a regularidade exigida pelo Ministério da Educação não é observada na EPC 3 de Fevereiro.

Ainda nesta questão, os supervisores afirmaram que: “o trabalho não está vedado, visto que, havendo necessidade de se verificar uma questão urgente, o supervisor está livre de fazer visitas (relâmpago) mesmo sem avisar e sem Termos de Referência, embora este documento seja importante para orientar o desenvolvimento do seu trabalho.

As visitas relâmpago, acima referenciadas, estão previstas no Guia Prático do Supervisor Pedagógico (MINED, 2013), quando refere que a não comunicação prévia das visitas às escolas pode permitir que os técnicos visualizem a situação real da escola, pois, alguns directores de escolas, quando informados sobre a visita, retraem-se e não se fazem presentes no dia da visita, deixando a responsabilidade com os seus adjuntos, provavelmente pelo receio de assumir irregularidades que são de seu conhecimento.

Uma outra evidência foi obtida através do questionário aos professores (pergunta A3), que procurava saber em que momento em que os professores recebiam as visitas de supervisão. Assim, tal como ilustra a figura 2, a maioria dos professores referiu que dependem dos supervisores.

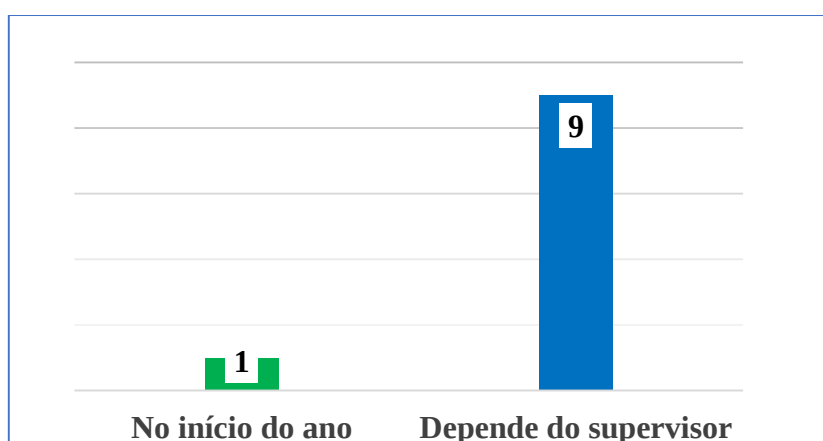


Figura 2 Momento em que os professores recebem visitas de supervisão pedagógica

Sobre a *frequência com que os professores solicitam ajuda dos supervisores*, recorreu-se à entrevista com os Directores da Escola e os supervisores, e questionários dirigidos a professores

Quando se procurou saber aos directores da escola de se no caso de alguma dificuldade os professores da EPC 3 de Fevereiro solicitam ajuda à direcção para providenciar visita dos supervisores estes responderam que não nunca os professores pronunciaram-se a pedir qualquer ajuda. Igualmente os supervisores disseram nunca terem recebido qualquer pedido tanto dos professores nem da direcção da escola. A mesma pergunta foi dirigida aos professores

através da pergunta A6 do questionário, na qual procurou-se perceber se os professores quando tinham dificuldades solicitavam à direcção para providenciar supervisores para os apoiarem e o resultado revela que dos 11 professores inquiridos, quatro (4) afirma que às vezes solicita ajuda, três (3) afirma solicitar sempre ajuda dos supervisores, um (1), por sua vez, afirma que solicita ajuda muitas vezes e três (3) dos respondentes diz nunca ter solicitado ajuda do supervisor para dar qualquer ajuda. A maioria dos professores reconhece solicitar ajuda às vezes e nunca.

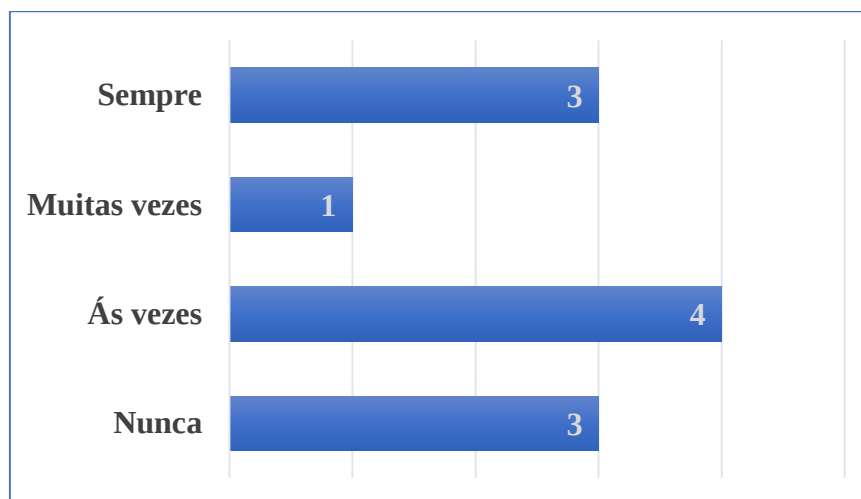


Figura 3 *Frequência com que os professores solicitam ajuda dos supervisores*

Quando compara-se estas respostas dos professores com as dos directores nota-se que existe uma divergência de opiniões, pois os directores afirmaram nunca terem recebido nenhuma solicitação de ajuda, o que leva a concluir que a escola não possui a cultura de solicitar ajuda dos supervisores, pois estes também afirmaram nunca terem recebido qualquer solicitação de ajuda pela escola, o que pode ter como causa a falta de abertura dos supervisores para, com os professores e a com a direcção da escola ou ausência de iniciativa dos professores e da direcção da escola em solicitar ajuda aos supervisores quando precisarem.

Deste modo levanta-se a hipótese de que a supervisão na EPC 3 de Fevereiro depende somente da iniciativa do supervisor, ele vai à escola quando achar conveniente. Esta preocupação foi apresentada pela directora da escola numa das suas recomendações onde disse: “a supervisão deve ser contínua” os supervisores fazem-se à escola uma vez, depois desaparecem”. Um resultado que pouco se enquadra a visão do MINED (2013) no Guia Prático do Supervisor quando afirma que a verificação dos resultados duma supervisão pedagógica só poderá ter sentido na segunda visita que os supervisores deverão realizar na mesma instituição, durante o mesmo ano lectivo. O benéfico seria que os professores e/ou direcção da escola

pudessem solicitar apoio dos supervisores para ajudar sempre que necessitassem. Tal como em MINED (2013) no Manual de Apoio à Supervisão Escolar que o supervisor escolar deve ser um profissional de educação capaz de apoiar os gestores educacionais, técnicos e professores na identificação e busca de soluções dos problemas que afectam o desempenho educativo.

No que diz respeito aos *responsáveis pelas visitas de supervisão*, respostas foram obtidas através da entrevista com os Directores da Escola, e questionários dirigidos a professores. Os Directores da Escola afirmaram que a responsabilidade pela supervisão é da própria Direcção da Escola, dos professores entre si, da Direcção Distrital da Educação, da Direcção Provincial de Educação e do MINEDH resposta que vai de encontro ao estipulado no Manual de Apoio à Supervisão Escolar que refere “a supervisão é considerada como uma actividade sistemática desenvolvida por vários técnicos pedagógicos das unidades orgânicas do Ministério da Educação (gestores escolares, delegados de disciplinas e de classes, técnicos do SDEJT, técnicos da DDEC, técnicos do MINED)” (MINED, 2013).

A mesma pergunta foi feita aos professores através da pergunta A4 do questionário e as respostas indicam que dos 11 professores inquiridos, quatro (4) professores concordam que quem realiza a supervisão são os técnicos do MINEDH, seis (6) apontaram que são os técnicos distritais e apenas um (1) referiu que são os técnicos da Direcção Provincial de Educação. Nota-se, portanto, que a maior parte dos professores indicou os técnicos Distritais de Educação como aqueles que realizam as supervisões pedagógicas, que, segundo o Plano Operacional da Educação 2015-2018 (MINEDH, 2015), as direcções distritais são os primeiros responsáveis pelo funcionamento do sistema educativo a partir da base, realizando visitas com vista a verificar e ajudar a melhorar os factores-chave da gestão da escola e seu ambiente de aprendizagem.

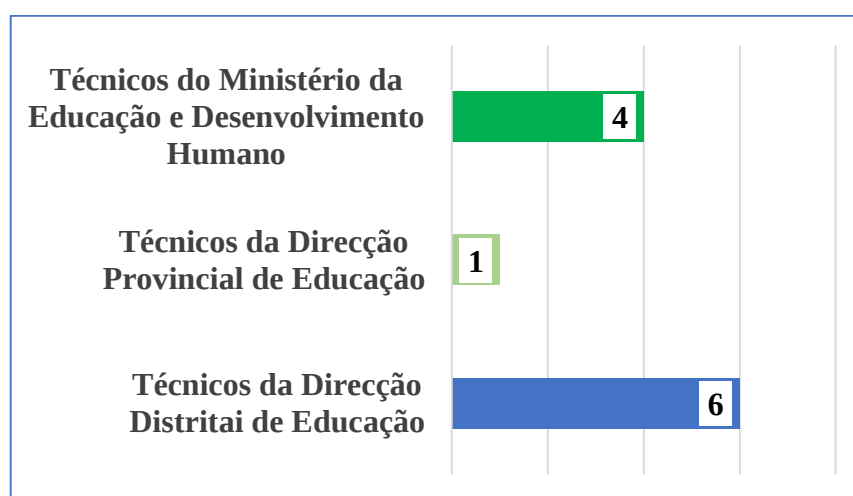


Figura 4 Responsáveis pela supervisão pedagógica na escola

As respostas dos professores são idênticas às respostas dadas pelos directores que também destacam como agentes de supervisão na EPC 3 de Fevereiro os técnicos do MINEDH, os técnicos da Direcção Distrital da Educação e os técnicos da Direcção Provincial da Educação.

Segundo Olele (1995), citado em Ololube e Major (2014), a supervisão tem como objectivo apoiar o processo de ensino e aprendizagem preocupa-se com a estrutura geral do sistema escolar e lida com qualquer assunto do currículo escolar para o bem-estar do aluno e o professor. A mesma visão é apresentada pelo MINED (2013) no Guia Prático do Supervisor, quando afirma que a função supervisora na escola abrange a implementação do currículo, o cumprimento de programas de ensino, o processo de selecção de livros didácticos e seu uso na sala de aula, a planificação do ensino, o decorrer das aulas (uso de meios e métodos adequados) a avaliação, a forma de recuperação das aprendizagens não acumuladas, a execução do plano da escola.

Para permitir saber quais as *atribuições dos supervisores*, recorreu-se igualmente à entrevista com os Directores da Escola e os supervisores e ainda aos questionários dirigidos a professores.

Nas suas intervenções os directores afirmaram que o trabalho dos supervisores é observar os planos de aula, acompanhar e resolver os problemas do professor e do aluno, como também apoiar na implementação das aulas. Por sua vez, os supervisores referiram que nas visitas de observação às aulas é importante também saber se o professor marca e corrige o TPC, se respeita todos os estágios de uma aula, se observa questões ligadas ao género durante a aula, ou se domina a matéria que lecciona.

A opinião dos professores sobre as atribuições do supervisor foi captada através da pergunta A5 do questionário. Seis opções de respostas foram apresentadas no questionário, e os respondentes deveriam assinalar a frequência em que cada uma delas ocorre. Tal como se pode observar na tabela 1, a maioria das atribuições dos supervisores foram indicadas pelos professores como sendo observadas. O aspecto indicado pelos professores como sendo observado com mais frequência é assiduidade e desempenho do professor, seguido dos meios de ensino usados e a relação professor aluno. Porém, em atribuições como por exemplo orientação na planificação das aulas, apoio aos professores e acompanhamento do processo de E-A foram consideradas como ocorrendo às vezes ou nunca.

Tabela 3 As atribuições do supervisor pedagógico

	Nunca	Às vezes	Neutro	Muitas vezes	Sempre
1. Orientar a planificação das aulas (1)	1	3	-	1	5
2. Certificar os meios de ensino usados	-	1	-	7	3
3. Apoiar os professores (2)	1	3	-	-	5
4. Verificar a relação professor aluno (1)	-	2	-	2	6
5. Dar acompanhamento ao PEA	-	3	-	1	7
6. Observar assiduidade e desempenho do professor	-	-	-	4	7

Nota. Os números entre parênteses correspondem aos não respondentes

Estes resultados podem estar associados ao facto das visitas de supervisão pedagógica serem gerais, ou seja, os supervisores observam de uma só vez uma diversidade de aspectos, como a planificação, relação professor-aluno, assiduidade, pontualidade, e várias outras em vez de eleger e focalizar assuntos específicos e limitados que tornariam a prática mais produtiva e abrangente tendo em conta o tempo e a equipa alocada a cada visita.

Apesar do Manual de Apoio à Supervisão Pedagógica (MINED 2003, p. 22) indicar que “não é aconselhável observar uma diversidade de aspectos numa única aula, devem ser escolhidos dois ou três aspectos antes da aula, com base na negociação entre o supervisor e o professor supervisionado devendo prestar maior atenção à iniciativa do professor supervisionado”, esta situação nem sempre é respeitada pelos técnicos no exercício das suas actividades de supervisão e o Ministério da Educação precisa acompanhar, para que todos aspectos sejam observados com eficácia e que não se crie sobressaltos no processo de desenvolvimento da supervisão pedagógica bem como no PEA.

4.4 Percepções têm os professores, directores e supervisores pedagógicos em relação a prática de supervisão na EPC 3 de Fevereiro?

O terceiro objectivo específico desta pesquisa pretendia captar percepções dos directores, professores e supervisores sobre a supervisão pedagógica na EPC 3 de Fevereiro. Para responder a este objectivo, foram considerados cinco aspectos nomeadamente: a relevância da supervisão pedagógica; o relacionamento do supervisor com o professor; as visitas inesperadas de supervisão; os professores que precisam mais do apoio dos supervisores; o contributo da supervisão no processo de ensino e aprendizagem.

Sobre a *relevância da supervisão pedagógica*, recorreu-se à entrevista com os Directores da Escola e os supervisores.

Estes respondentes iniciam as suas intervenções afirmando que a supervisão pedagógica desempenha um papel muito importante no PEA. O director adjunto, por exemplo, afirmou que:

“Na área pedagógica há muito trabalho e é preciso ter alguém que zela pelo mesmo, que permanentemente verificará se há algo por melhorar e tirar o professor da zona do conforto”.

Esse resultado corrobora com o que afirma Foulquié (1971) citado em Ferreira (2008) ao afirmar que supervisão é acção de velar sobre alguma coisa ou sobre alguém a fim de assegurar a regularidade de seu funcionamento ou de seu comportamento.

Na mesma perspectiva, a directora da escola afirma ser importante o trabalho do supervisor visto que, não só controla, mas acompanha o trabalho do professor e do aluno, se o professor está a seguir os métodos adequados como também ajuda a informar a direcção da escola sobre o que acontece na sala de aula.

Os supervisores também argumentam que a supervisão pedagógica ajuda a melhorar os aspectos pedagógicos, apoiando o PEA com vista a alcançarem-se os melhores resultados educacionais. Essas ideias são igualmente partilhadas por MINED (2013) no Manual de Apoio à Supervisão Escolar, quando afirma que os supervisores apoiam os professores na identificação e busca de soluções dos problemas que de alguma forma afectam o desempenho do PEA com vista a melhorar regularmente o sistema educativo.

Estas evidências revelam que tanto os directores como os supervisores da EPC 3 de Fevereiro reconhecem a importância que a supervisão pedagógica desempenha no processo de ensino-aprendizagem. Mostrando a necessidade de se investir nestes profissionais para efectivar a prática de supervisão e apoio aos professores e colmatar os desafios que constituem entraves nas práticas de supervisão nas escolas.

Sobre o *relacionamento do supervisor com o professor*, recorreu-se à entrevista com os Directores da Escola e os supervisores, e questionários dirigidos a professores.

Para os directores a relação supervisor-professor é tranquila porque sempre que a escola recebe uma visita de supervisão eles são preparados de modo que saibam qual é o objectivo da visita. A directora da escola disse o seguinte:

“Ninguém gosta de ser supervisionado, mas, antes de cada visita todos são preparados para que possam perceber a importância da supervisão para o seu desenvolvimento técnico-profissional”.

Os supervisores afirmam que a relação professor- supervisor é saudável, embora existam alguns professores que tendem a resistir a mudanças em questões de pontualidade e planificação, apontando a maior causa da falta de pontualidade a distância casa-escola e o congestionamento do trânsito característico da cidade.

Um dos supervisores ressalta ainda que:

“Para o trabalho na sala de aula, tentamos ser empáticos de modo que o trabalho corra bem, não deve haver imposições e/ou grau de superioridade para se obter bons resultados na supervisão”.

Os directores em suas intervenções afirmaram que, ninguém gosta de ser supervisionado, no caso os professores, esta pode ser, em parte, uma das causas da resistência a mudanças apontadas pelos supervisores. Para eles, é necessário mais trabalho de conscientização dos professores, esclarecendo a sua importância e estabelecimento de um clima de abertura para o sucesso no desenvolvimento desta prática na escola esta opinião é confirmada por Ferreira (2008), quando refere que para o sucesso do trabalho de assessoramento aos professores, é imprescindível manter um clima de abertura, cordialidade, encorajamento fortalecer o sentimento em grupo. Trabalhar com professores, propiciando ideias, estimulando e fortalecendo as lideranças, reflexão sobre a prática, sugerindo, trazendo contribuições, mostrando caminhos e alternativas estimulando o desenvolvimento de experiências e seu compartilhamento com o grupo.

Ainda sobre o relacionamento professor-supervisor, evidências foram captadas através da pergunta B1 do questionário aos professores, onde foi possível perceber que o trabalho de supervisão apoia o trabalho dos professores visto que dos 11 professores inquiridos, oito (8) afirmam que a figura do supervisor motiva o trabalho docente e três (3) afirmam que este trabalho motiva muito o professor. Estes resultados mostram que a supervisão deve ser regular e deve abranger todos aspectos-chave do PEA para contribuir cada vez mais na melhoria da qualidade da educação no país.

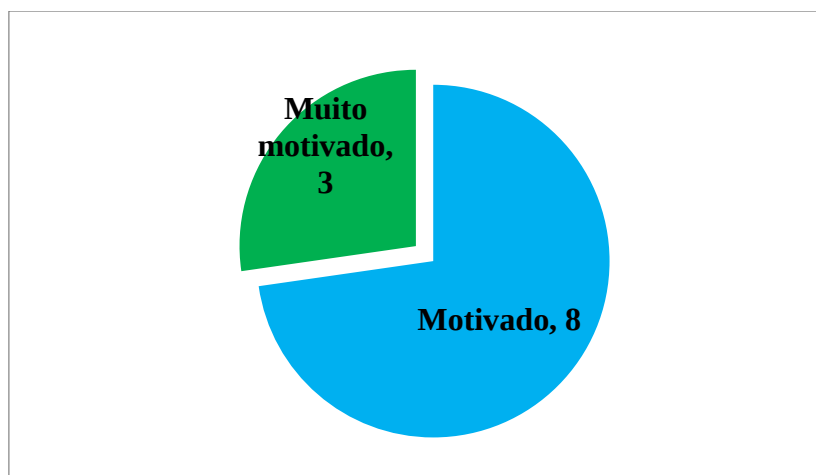


Figura 5 Sentimento do professor na presença do supervisor

Sobre as visitas inesperadas dos supervisores na escola, recorreu-se a questionários dirigidos aos professores através da pergunta B2 onde se perguntava qual o grau de satisfação em relação às visitas inesperadas dos supervisores. A maioria dos respondentes, seis (6) afirmaram que ficam satisfeitos com as visitas inesperadas dos supervisores e dois (2) afirmam que fica muito insatisfeito, também dois (2) afirmam que fica muito satisfeito e um (1) afirma que fica muito insatisfeito quando o supervisor chega à escola sem avisar.

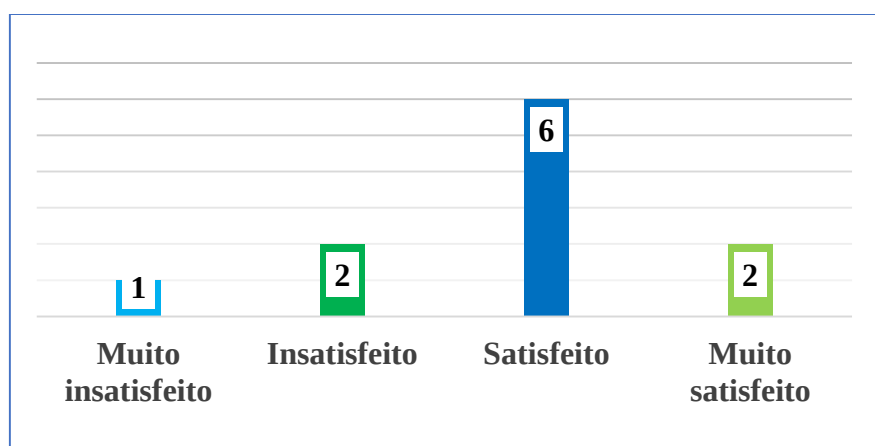


Figura 6 Grau de satisfação do professor quando recebe uma visita inesperada do supervisor

A partir destes resultados pode-se dizer que a maior parte dos professores está habituado às “visitas relâmpago” (não avisadas) dos supervisores, embora, achem que elas devem ser avisadas para que o professor tenha espaço de se preparar, já que a supervisão deve ser um diálogo e não uma inspeção do trabalho docente.

Segundo MINED (2003), a assistência às aulas deve ser comunicada com antecedência, ao professor pois não se trata de uma acção inspectiva, mas sim de superação das dificuldades e apoio com vista a melhorar o desempenho do professor na sala de aula.

Alarcão (2001), afirma que a supervisão pode ser vista como um processo enquadrador da formação, onde o professor busca a inserção na sua carreira seja ela inicial ou em exercício e tem como função proporcionar e rendibilizar experiências diversificadas em contextos diferentes, originando interacções, experiências e transições ecológicas que se constituem em etapas de desenvolvimento formativo. Neste contexto, um outro ponto de análise debruçou-se sobre os *professores que precisam de mais apoio dos supervisores na escola*. Para esta análise, recorreu-se à pergunta B3 do questionário dirigido aos professores onde se pedia concordância ou discordância sobre quais professores necessitavam de mais apoio. Respostas revelam tal como ilustra a tabela 2 que a opinião dos professores é que todos precisam do apoio dos supervisores e até discordam que um grupo particular precise de mais ajuda do que outros.

Tabela 4 Professores que precisam de mais apoio dos supervisores

	Discordo totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo totalmente
1. Professores iniciantes	5	1	1	2	2
2. Professores do 1º ciclo	3	2	4	2	-
3. Professores do 2º ciclo	3	1	4	3	-
4. Todos os professores	-	-	-	7	4

Este resultado pode ser analisado juntamente com as respostas dadas pelo directores sobre se os professores solicitavam à direcção para providenciar supervisores quando eles necessitavam de ajuda. Os directores responderam que não, justificando que o apoio é dado aos professores iniciantes pelos mais experientes. Sendo assim, a atenção está concentrada apenas nos professores iniciantes, apesar dos professores acharem que todos, de alguma maneira, precisam de apoio pois as visitas de supervisão ajudam a colher experiências que regularmente ajude-os a obter melhor desempenho e se sintam mais motivados para o trabalho. A importância deste apoio na supervisão pedagógica é referida por (Vicente, 2010, p.2) quando afirma que: “A supervisão pedagógica reveste-se da máxima importância, visto que cabe ao supervisor o papel de ajudar o professor a estruturar metodologias reflexivas, que por sua vez, o ajudarão no seu processo de desenvolvimento profissional repercutindo-se no desenvolvimento dos seus alunos”.

Sobre o *contributo da supervisão pedagógica no processo de ensino e aprendizagem*, recorreu-se às entrevistas com os directores e supervisores da escola e questionários aplicados aos professores. Para os directores da escola esta prática contribui para a melhoria do PEA visto que o supervisor consegue focalizar na realidade da escola. Por sua vez o Director Adjunto afirma que:

“Uma pessoa de fora consegue ver as coisas de forma diferente, podendo criticar ou elogiar e também trazer acções que, muitas vezes, são de sucesso em outras escolas por onde passou”.

Os supervisores também foram unânimes em afirmar que a supervisão ajuda na uniformização de critérios de planificação e leccionação, o que confirma o referido por Formosinho (2002) citado em Alves (2008) sobre a supervisão pedagógica como uma prática que visa o melhoramento da prática educativa, o desenvolvimento do potencial individual para a aprendizagem e a promoção da capacidade de auto-renovação da organização.

Outra evidência é encontrada também na pergunta B4 do questionário aos professores na qual as respostas foram bastante positivas visto que seis (6) afirmam que a supervisão pedagógica contribui muito para a melhoria do PEA e quatro (4) afirmam que contribui e um (1) não respondeu a esta pergunta.

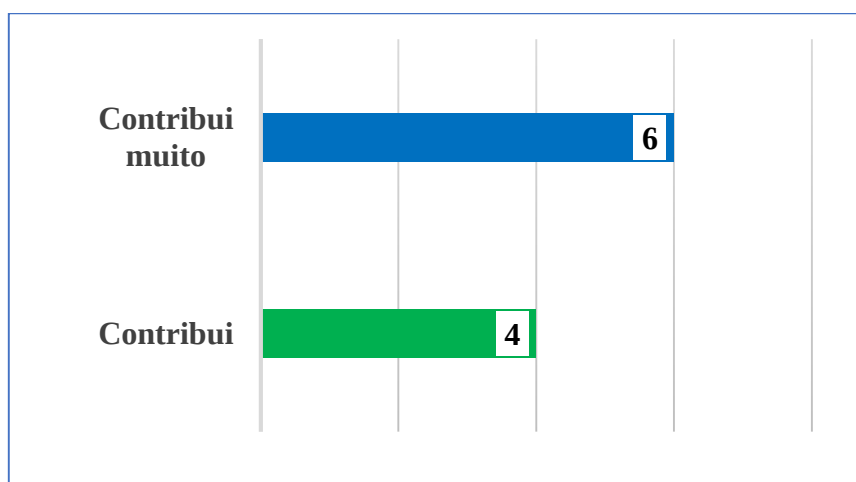


Figura 7 *Contributo de supervisão pedagógica no processo de ensino de aprendizagem*

Os resultados acima demonstram que tanto os professores, os membros da direcção como os supervisores reconhecem que a supervisão pedagógica contribui para o melhoramento do processo de ensino-aprendizagem. São evidências que pressupõem aceitação partilhada por Alarcão e Tavares (1987) como citados em Gaspar et al. (2012), quando afirmam que ensinar os professores a ensinar deve ser o objectivo principal de toda a supervisão pedagógica, pois, se a educação em si é um processo contínuo e sistemático resultante de experiências e

vivências, logo, o educador deve estar sempre em constante actualização de sua experiência e conhecimento sobre o processo de ensino e aprendizagem para melhor exercer a sua profissão, com zelo, dedicação e responsabilidade.

5 CONCLUSÕES

Este capítulo tem como principal objectivo apresentar as conclusões constatadas durante a pesquisa sobre os desafios que existem na implementação da supervisão e apoio pedagógico aos professores na EPC 3 de Fevereiro.

Com o tema “Desafios da Supervisão e Apoio Pedagógico aos Professores na Escola Primária Completa 3 de Fevereiro de Maputo” a pesquisa tinha o seguinte objectivo geral: analisar os desafios que existem na implementação da supervisão e apoio pedagógico aos professores da Escola Primária Completa 3 de Fevereiro e foi conduzida a partir das seguintes perguntas: Pergunta 1. Que mecanismos o Ministério da Educação estabelece para o desenvolvimento da supervisão pedagógica nas escolas? Pergunta 2. Como é desenvolvida a supervisão pedagógica na EPC 3 de Fevereiro? Pergunta 3. Que percepções têm os professores, gestores e supervisores sobre a supervisão pedagógica?

Para a concretização desta pesquisa recorreu-se a abordagem metodológica mista, combinando os métodos qualitativo e quantitativo como questionários e entrevistas. Os questionários foram dirigidos aos professores e as entrevistas aos directores e supervisores da Escola Primária Completa 3 de Fevereiro.

Sobre a pergunta 1 - *Que mecanismos o Ministério da Educação estabelece para o desenvolvimento da supervisão pedagógica nas escolas?* Identificaram-se os seguintes documentos: o “Manual de Apoio à Supervisão Escolar”, “Manual de Apoio à Supervisão Pedagógica”, “Guia Prático do Supervisor Pedagógico” e “Manual das Directrizes para a Supervisão do Ensino Primário pelos SDEJT”. O Ministério da Educação reconhece a importância da supervisão pedagógica no PEA, e elabora documentos que orientam esta prática nas escolas apoiando o supervisor no desempenho da sua tarefas e também na uniformização desta prática nas escolas do país.

Pode-se dizer que os documentos supracitados são importantes porque ajudam os supervisores conduzir esta prática nas escolas pois neles encontram as noções gerais de supervisão que abrangem conceitos, o perfil do supervisor, os princípios de supervisão, as etapas de supervisão nas escolas, bem como os aspectos que devem ser considerados na elaboração das fichas de observação durante as visitas de supervisão.

De acordo com MINED (2003), a supervisão é realizada por uma pessoa formalmente designada para apoiar e controlar a implementação do currículo e a instrução no sentido de

desenvolver a qualidade do PEA. E deve ser competente, experiente na carreira docente com habilidades interpessoais e humanas, com capacidade crítica sobre o processo de ensino-aprendizagem, e com conhecimentos sólidos sobre a legislação de educação no país (MINED, 2003).

O Ministério da Educação através destes instrumentos orienta a que o processo de supervisão seja sistemático e permanente, isto é, embora possa acontecer durante o ano lectivo, a ênfase é que ocorra pelo menos duas vezes por ano e estabelece os passos que as visitas de supervisão devem obedecer, desde a identificação do objectivo da visita, a criação da brigada, organização de materiais até às condições logísticas.

Os mesmos instrumentos orientam ainda que, no final da visita, o supervisor, junto com a direcção da escola e com recurso à Matriz de Reflexão e Recomendações verifique e documente as condições essenciais da escola, aliste as medidas a serem tomadas e também anote a pessoa responsável por cada uma das medidas, seja a escola ou o supervisor, e ainda o prazo dentro do qual a medida deve ser implementada.

Em relação a pergunta 2. *Como é desenvolvida a supervisão pedagógica na EPC 3 de Fevereiro?* A pesquisa constatou que a supervisão pedagógica na EPC 3 de Fevereiro é reconhecida e realizada, porém ainda persistam desafios.

Embora os membros da direcção da escola e os supervisores não tenham indicado com precisão o número de visitas estabelecidas pelo Ministério de Educação, foi possível perceber que a supervisão na escola é realizada por profissionais do MINEDH devidamente preparados para a esta função. Porém, neste processo de supervisão, foi possível notar uma pequena fragilidade quando, algumas vezes, os técnicos dizem que se deslocam à escola sem os Termos de Referências e sem o guia para a condução das suas actividades.

Por outro lado, atribuições dos supervisores como é o caso da orientação na planificação das aulas e o acompanhamento do PEA foram apontadas pela maioria dos professores como sendo as que são observadas com menor frequência na EPC 3 de Fevereiro.

Os professores que recebem mais apoio são os recém-formados/contratados em relação aos mais experientes. Uma situação que merece ser revista incluindo todos os professores já que, tal como afirma Alarcão (2001), a supervisão pode ser vista como um processo enquadrador da formação, onde o professor busca a inserção na sua carreira seja ela inicial ou em exercício e tem como função proporcionar e rendibilizar experiências diversificadas em

contextos diferentes, originando interacções, experiências e transições ecológicas que se constituem em etapas de desenvolvimento formativo.

Em relação a pergunta 3 - *Que percepções têm os professores, gestores e supervisores sobre a supervisão pedagógica?* O estudo concluiu que os directores, professores e supervisores reconhecem a importância da supervisão e apoio pedagógico aos professores na melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem. Este reconhecimento da prática de supervisão na escola pelos professores tem um impacto positivo na relação entre supervisor-professor, que foi mencionada como sendo saudável, e tranquila na escola. Por sua vez, os supervisores mencionaram a empatia como o elemento chave para o sucesso desta prática na escola, e a não imposição pois não se trata de uma actividade inspectiva, mas sim de apoio aos professores. Estas percepções vão de encontro com as ideias de Ferreira (2008), quando refere que para o sucesso do trabalho de assessoramento aos professores, é imprescindível manter um clima de abertura, cordialidade, encorajamento, fortalecer o sentimento em grupo.

De um modo geral, o desenvolvimento da presente pesquisa permitiu uma análise de como a supervisão pedagógica é compreendida e praticada na escola, uma reflexão sobre os desafios enfrentados na supervisão e apoio aos professores e permitiu ainda compreender a contribuição da supervisão pedagógica no PEA.

O estudo conclui, que apesar de ainda existirem vários desafios para a implementação da supervisão e apoio aos professores, há um reconhecimento por parte dos professores, supervisores e membros da direcção da escola de que esta prática contribui para a melhoria da qualidade do PEA. No entanto, persistem dificuldades, no que diz respeito ao cumprimento dos mecanismos estabelecidos pelo MINEDH, o que traz algumas limitações a esta prática de supervisão na escola.

Dada a importância do tema em alusão, torna-se necessário o desenvolvimento de mais estudos/projectos que visem o apoio aos professores, para que possam desencadear competências para garantir cada vez mais um ensino de qualidade no país, e que atendam as diferentes necessidades dos alunos, efectivando as práticas de supervisão e apoio pedagógico nas escolas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, I. (2001). *Escola reflexiva e nova nacionalidade*. Porto Alegre: Artmed.
- Alves, A. I. (2008). *A supervisão pedagógica: da interacção a construção de identidades profissionais*. Dissertação de Mestrado: Universidade Aberta, Portugal.
- Assique, A. (2015). *O contributo da supervisão pedagógica para a melhoria da qualidade da qualidade do processo de ensino - aprendizagem*. (Dissertação de Mestrado): Universidade Católica de Moçambique, Maputo.
- Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdos*. Lisboa: edições 70.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Cardoso, A. & Silva, M. (2013). *A supervisão escolar e as intervenções do supervisor no processo de ensino e aprendizagem*. Lisboa.
- Ferreira, N. (2008). *Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação a acção* (7ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Ferreira, P. & Fernandes, P. (2015). *Supervisão pedagógica em contexto de formação inicial de professores* (pp. 244-253).
- Gaspar, M. I., Seabra, F. & Neves, C. (2012). A supervisão pedagógica: significados e operacionalização. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional* Vol.12, pp.29-57 Universidade Aberta.
- Gil, A. (2002). *Como elaborar projectos de pesquisa* (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Greia, J. (2013). *Supervisão pedagógica no contexto do desenvolvimento profissional do docente e das aprendizagens*. (Tese de doutoramento): Universidade Católica Portuguesa, Portugal.
- Isaque, N. (2019). *Formação contínua de professores de Português como estratégia de implementação do Plano Curricular do Ensino Básico*. Dissertação de Mestrado: Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.
- Kripka, R., Scheller, M. & Bonotto, D. (2015). Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. *Revista de investigação* Vol.14, pp.55-75 Universidade Nacional Aberta à Distância, Colômbia.
- Lima, E. (1987). *Um olhar histórico sobre a supervisão pedagógica*. In: M. Rangel (Org), *Supervisão pedagógica: princípios e práticas*. Campinas, São Paulo: Palpirus.
- Malheiros, T. (2011). *Metodologia de pesquisa em educação* (2ª ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Marconi, M. & Lakatos, M. (2007). *Metodologia científica* (5ª ed). São Paulo: Atlas.
- Marconi, M. & Lakatos, M. (2011). *Metodologia científica* (5ª ed). São Paulo: Atlas.

- Marques, R. (2000). *Dicionário Breve de Pedagogia*. Lisboa: Editorial Presença.
- MINEDH (2013). *Guia prático do supervisor pedagógico*. Maputo: Ministério da Educação.
- MINED (2003). *Manual de apoio a supervisão pedagógica*. Maputo: Ministério da Educação.
- MINED (2012). *Plano Estratégico da Educação 2012-2016*. Maputo: Ministério da Educação.
- MINEDH (2015). *Plano Operacional da Educação 2015-2018*. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.
- MINEDH (2015). *Directrizes para supervisão do ensino primário pelos Serviços Distritais de Educação Juventude e Tecnologia*. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.
- Mutimucuiu, I. (2008). *Métodos de investigação*. Maputo: Centro de Desenvolvimento Académico da Universidade Eduardo Mondlane.
- Nivagarra, D. (2005). *Módulo de formação em administração, gestão e supervisão escolar: Formação de Professores em Exercício*. INSITEC: Maputo.
- Novela, V. (2017). *Supervisão escolar e desempenho dos professores da Escola Secundária Força do Povo*. Monografia apresentada na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.
- Ololube, N.P. & Major, N.B. (2014). School Inspection and Educational Supervision: impact on teachers' productivity and effective teacher education programs in Nigeria. *International journal of Scientific Research in Education*, Vol. (1), pp.91-104
- Pasqualotti, A. & Portella, M. (2003). *Metodologia de pesquisa*. Universidade de Passo Fundo, Brasil.
- Pereira, J. (2012). *Inspecção Escolar: Uma análise das relações do poder*. (Dissertação de Mestrado): Universidade de Estado do Rio de Janeiro, Brasil.
- Rangel, M. (2001). *Supervisão pedagógica: Princípios e Práticas*. Campinas, São Paulo: Papirus.
- Remane, S. (2015). *Supervisão pedagógica- Conceitos, procedimentos e tendências actuais*. s/L: S/ Ed.
- Silva, A. (2013). *A supervisão escolar e as intervenções do supervisor no processo de ensino e aprendizagem*. (Dissertação de Mestrado): Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Instituto de Educação, Lisboa.
- Silva, N. (1987). *Supervisão educacional: Uma reflexão crítica* (12ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Souza, B., Skolau de, J. & Costa, J. (2017). Desafios da supervisão escolar: o papel do supervisor escolar no planeamento participativo escolar. *Revista Cojectura: Filosofia e Educação* Vol.22, pp.482-499 Universidade de Caxias do Sul.

Vicente, S. (2010). *O papel do supervisor pedagógico na avaliação de desempenho do docente*. (Dissertação de mestrado): Escola Superior de Educação João de Deus, Portugal.

Legislação

República de Moçambique. *Lei n.º 4/83, de 23 de Março*. Boletim da República, I Série, Número 12. Maputo. Aprova a Lei do Sistema Nacional da Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação.

7 APÊNDICES E ANEXOS

Guião de entrevista para Directora e Director Adjunto da EPC 3 de Fevereiro

1. Introdução: Contextualização do estudo e seus objectivos

2. Dados pessoais e profissionais: (grau académico, regime contratual, experiência profissional)

3. Percepções sobre o desenvolvimento da supervisão pedagógica na EPC 3 de Fevereiro

- a) Qual é a sua opinião sobre a supervisão pedagógica?
- b) Quem faz a supervisão nesta escola?
- c) Em que período do ano lectivo a escola recebe visitas de supervisão?
- d) Que aspectos os supervisores observam e questionam durante as suas visitas?
- e) Como é que os professores e os directores lidam com a presença de supervisores na escola?
- f) Como classifica a relação entre os supervisores e os professores?
- g) O director faz a verificação das recomendações deixadas pelo supervisor?
- h) Os professores quando têm dificuldades solicitam à Direcção para providenciar supervisores para os apoiarem? Se sim, acontece muitas vezes? Consegue responder a essas solicitações?
- i) Acha que a supervisão pedagógica contribui para a melhoria do ensino e aprendizagem? Pode justificar a sua resposta?
- j) Que aspectos acha que devem ser melhorados na prática de supervisão e apoio pedagógico aos professores?

4. Comentários

Tem algum outro comentário que gostaria de fazer sobre os aspectos relacionados com este assunto e que não foi abordado nesta entrevista?

5. Agradecimentos

APÊNDICE B

Guião de Entrevista para os Supervisores

1. Introdução: Contextualização do estudo e seus objectivos

2. Dados pessoais e profissionais: (grau académico, regime contratual, experiência profissional como supervisor, formações e capacitações na área de supervisão)

3. Percepções sobre o desenvolvimento da supervisão pedagógica na EPC 3 de Fevereiro

- a) Qual é a sua opinião sobre a supervisão pedagógica?
- b) Em que período do ano lectivo é que costuma efectuar visitas de supervisão?
- c) Faz visitas inesperadas de supervisão à escola?
- d) Quantas visitas de supervisão realizou este ano nesta escola?
- e) O que normalmente observa durante as suas visitas de supervisão pedagógica?
- f) Quais são os professores que necessitam de maior apoio dos supervisores?
- g) Como classifica o seu relacionamento com os professores? E com a Direcção da Escola?
- h) Deixa recomendações após a visita de supervisão? Se sim, como é feita a monitoria dessas recomendações? Se não, porquê?
- i) Quais são os aspectos que necessitam de mais atenção dos supervisores na EPC 3 de Fevereiro?
- j) Qual é a sua opinião sobre as supervisões efectuadas pelo director da escola e entre professores?
- k) Quais são os principais desafios da supervisão pedagógica?
- l) Que aspectos acha que devem ser melhorados na prática de supervisão e apoio pedagógico aos professores?

4. Comentários

Tem algum outro comentário que gostaria de fazer sobre os aspectos relacionados com este assunto e que não foi abordado nesta entrevista?

5. Agradecimentos

APÊNDICE C

Questionário aos professores da EPC 3 de Fevereiro

O presente questionário surge no âmbito da realização do trabalho de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação, ministrado na Universidade Eduardo Mondlane e tem por objectivo analisar os desafios que existem na implementação da supervisão e apoio pedagógico aos professores na Escola Primária Completa 3 de Fevereiro. As informações recolhidas serão **confidenciais** e **anónimas** e usadas exclusivamente para fins académicos. Agradecemos desde já a sua valiosa colaboração.

Não há respostas certas ou erradas. Responda honestamente às perguntas. Assinale com um **X** a afirmação ou afirmações que correspondem à sua opinião.

SECÇÃO A. SOBRE A SUPERVISÃO PEDAGÓGICA NA EPC 3 DE FEVEREIRO

A1. Quantas vezes recebe visitas de supervisão por ano?

Nenhuma 1 ☐ Uma vez 2 ☐ Duas vezes 3 ☐

A2. Quantas visitas recebeu este ano? Nenhuma 1 ☐ Uma 2 ☐ Duas 3 ☐

A3. Em que momento os professores recebem visitas de supervisão pedagógica na escola?

Quando inicia o ano lectivo 1 ☐

Quando a escola solicita apoio 2 ☐

Depende dos supervisores 3 ☐

Outra resposta 4 ☐ _____

A4. Quem faz a supervisão nesta Escola?

Professores da Escola 1 ☐ Directores da Escola 3 ☐ Técnicos do SDEJT 4 ☐

Técnicos da DPEC 5 ☐ Técnicos do MINEDH 6 ☐

A5. Estas são as atribuições dos supervisores. Diga com que frequência estes aspectos são observados durante as visitas que os supervisores fazem?

	Nunca	Às vezes	Neutro	Muitas vezes	Sempre
1. Orientar na planificação das aulas	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐	5 ☐
2. Certificar os meios de ensino usados	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐	5 ☐
3. Apoiar os professores	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐	5 ☐
4. Verificar a relação professor e aluno	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐	5 ☐
5. Dar acompanhamento do PEA	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐	5 ☐
6. Observar assiduidade e desempenho do professor	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐	5 ☐
7. Outro _____	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐	5 ☐

A6. Quando tem dificuldades, solicita à direcção da escola ajuda do supervisor?

Nunca 1 ☐ Às vezes 2 ☐ Muitas vezes 3 ☐ Sempre 4 ☐

SECÇÃO B. PERCEPÇÕES SOBRE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E APOIO AOS PROFESSORES

B1. Como é que se sente na presença do supervisor?

Muito desmotivado 1 ☐ Desmotivado 2 ☐ Motivado 3 ☐ Muito motivado 4 ☐

B2. Como fica quando recebe uma visita inesperada do supervisor?

Muito insatisfeito 1 ☐ Insatisfeito 2 ☐ Satisfeito 3 ☐ Muito satisfeito 4 ☐

B3. Os que precisam de mais apoio dos supervisores são:

	Discordo totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo totalmente
1. Professores iniciantes	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐	5 ☐
2. Professores do 1º ciclo	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐	5 ☐
3. Professores do 2º ciclo	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐	5 ☐
4. Todos os professores	1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐	5 ☐

B4. A prática de supervisão realizada nesta escola contribui ou não para a melhoria do PEA?

Não contribui 1 ☐ Contribui pouco 2 ☐ Contribui 4 ☐ Contribui muito 5 ☐

SECÇÃO C. DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

C1. Sexo: Masculino 1 ☐ Feminino 2 ☐

C2. Classe que leccionam: 6ª classe 1 ☐ 7ª classe 2 ☐ 6ª e 7ª classes 3 ☐

C3. Grau académico: Curso médio 1 ☐ Bacharelato 2 ☐ Licenciatura 3 ☐
Mestrado 4 ☐ Outro 5 ☐ Qual? _____

C4. Beneficiou de alguma capacitação nos últimos 2 anos? ´

Sim 1 ☐ Não 2 ☐

Se respondeu SIM, diga qual _____

C5. Regime contractual: Efectivo 1 ☐ Eventual 2 ☐ Contratado 3 ☐

C6. Anos de experiência: 1 ano 1 ☐ 2 anos 2 ☐ 3 a 5 anos 3 ☐ Mais de 5 anos 4 ☐

SECÇÃO D: COMENTÁRIOS

Se tem qualquer comentário que gostaria de deixar sobre este assunto e que não tenha sido abordado neste questionário, use por favor este espaço.

Verifique por favor se respondeu a todas as questões

Muito obrigada!

ANEXO A



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CREDENCIAL

Credencia-se Oliver Gabriel Macu¹, estudante do curso
de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação²,
a contactar Serviços Distritais de Educação Juvenil e Esportiva³
a fim de Recolher dados para Monografia⁴.

Maputo, 02 de Março de 2021⁵

O Director Adjunto para Graduação

Adriano S. Uaciquete
dr. Adriano Uaciquete
(Assistente)

¹ (Nome do Estudante)

² (Curso que frequenta)

³ (Instituição de recolha de dados)

⁴ (Finalidade da visita)

⁵ (Data, Mês, Ano)

269
02/03/2021/maputo

visto,
A Plan 103
serviços procedi-
mentos
02.03.21

ANEXO B - Credencial

Visita
autorizada sem
o prejuízo das
nossas actividades
20/11/2020
H. Chilundo



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CREDENCIAL

Credencia-se Coluna Gabriel Nacio¹, estudante do curso
de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação²,
a contactar Escola Primária 3 de Ferreiros³
a fim de recolher dados⁴

Maputo, 20 de Novembro de 2020⁵

O Director Adjunto para Graduação

Adriano S. Uaciquete

dr. Adriano Uaciquete

(Assistente)



¹ (Nome do Estudante)

² (Curso que frequenta)

³ (Instituição de recolha de dados)

⁴ (Finalidade da visita)

⁵ (Data, Mês, Ano)